3 edições por ano em 17 idiomas

Falando de sociologia com Nandini Sundar

Johanna Grubner

Transformações e alternativas Matt Dawson Rainer Rilling Mateo Martínez Abarca Abdelkader Latreche Teresa Perez Christopher Mabeza

In Memoriam: Erik Olin Wright

Michael Burawoy Michelle Williams

Gênero e desigualdade social Birgit Riegraf Lina Abirafeh Kadri Aavik Liisa Husu Blanka Nyklová Margaret Abraham Nicola Piper Jeff Hearn

Sociologia da África (do Sul) Jeremy Seekings Mokong S. Mapadimeng Asanda Benya Thabang Sefalafala Marc C.A. Wegerif Jabusile Madyazvimbishi Shumba Alexia Webster Edward Webster

Seção aberta

> Populismo de direita sob uma perspectiva solidária



VOLUME 9 / EDIÇÃO 2 / AGOSTO 2019 http://globaldialogue.isa-sociology.org/



#### > Editorial

s sociólogos não só buscam fomentar discussões dentro da disciplina, como também se envolvem em debates e controvérsias públicas. Na última década, Nandini Sundar, uma socióloga e ativista social indiana de bastante renome, desafiou a fronteira entre a academia e o ativismo, de maneira a enfrentar a injustiça social na Índia mediante ação política. Na entrevista de abertura desta edição do Diálogo Global, Sundar fala conosco sobre a situação passada e atual da "guerra em Bastar", na Índia, e sobre a dificuldade de ser uma boa estudiosa e uma boa ativista nestes tempos acelerados.

Nossa primeira seção, "Transformações e Alternativas", se inicia com dois textos que traçam reflexões sociológicas sobre sociedades alternativas e possíveis futuros a partir da história da Sociologia, discutindo por que esse tipo de reflexão é necessária para combinar crítica sociológica com ideias emancipatórias. Um texto da América Latina destaca as lutas políticas por uma sociedade solidária e o papel de conceitos como o de *Buen Vivir.* Uma contribuição do Catar contrasta futuros possíveis do mundo árabe. Artigos da África do Sul e do Zimbábue apresentam pesquisas empíricas sobre como as pessoas lidam com grandes mudanças em suas vidas (neste caso, provocadas pelas mudanças climáticas), e quais os obstáculos que as mudanças políticas almejadas podem enfrentar.

Erik Olin Wright, pesquisador cuja vida e obra foram dedicadas às idéias de igualdade, de liberdade e de comunidade, faleceu recentemente, em janeiro de 2019. Com ele, perdemos um sociólogo cujo trabalho sobre classes sociais, Karl Marx e as "utopias reais" não apenas inspiraram colegas em todo o mundo, mas também muitos ativistas que lutaram para construir uma sociedade mais justa e democrática. Dois amigos próximos, de diferentes partes do mundo, prestam homenagem a sua vida e obra.

Em nossa segunda seção, Birgit Riegraf, Lina Abirafeh e Kadri Aavik convidam acadêmicos de todo o mundo para apresentar suas pesquisas sobre a relação entre "Gênero e Desigualdade Social". Os artigos que compõem esta parte da edição destacam diferentes aspectos dessa relação, como a desigualdade de

gênero no financiamento de pesquisas a partir de uma perspectiva europeia e nórdica, o status quo e o destino dos Estudos de Gênero na República Tcheca, os caminhos e os obstáculos da desigualdade de gênero na região árabe e o trabalho com gênero no contexto asiático. Os artigos nos dão um panorama geral dos debates sobre o progresso social ou a repercussão da igualdade de gênero, estimulando a discussão sobre como a Sociologia como disciplina pode oferecer soluções tangíveis para a igualdade e a justiça social. As contribuições apontam para a necessidade de ação social e de manutenção da luta pela igualdade de gênero para abrir ainda mais o caminho para uma sociedade igualitária.

Como parte de nosso foco regional, em "Sociologia da África (do Sul)", o primeiro artigo destaca a persistência da pobreza e da desigualdade na África do Sul, de forma a transformar esse fato em um alerta para a África como um todo. O segundo texto discute a crescente popularidade e a controvérsia em torno de igrejas carismáticas na África do Sul, abordando o silêncio das vozes sociológicas sobre o assunto. Os dois artigos seguintes debatem a situação dos trabalhadores mineiros na África do Sul: o primeiro mostrando como a retórica da inclusão contradiz a exclusão das mulheres na realização de certas tarefas; o segundo apresentando um estudo etnográfico dos negros ex-mineiros desempregados, de maneira a mostrar os efeitos do desemprego na confiança e na auto-estima dessas pessoas. O que podemos aprender com os trabalhadores da Tanzânia é trazido para nós em um artigo que examina o sistema alimentar na capital Dar es Salaam. Concentrando-se na história do Zimbábue, o próximo texto examina os modos de acumulação e de reprodução política que transformaram e sustentaram o estado predatório no Zimbábue. Com um maravilhoso ensaio fotográfico, Alexia e Edward Webster finalizam essa seção temática, combinando ideias sobre a história de Joanesburgo com fotografias notáveis da cidade construída na base do ouro.

O artigo incluído na seção aberta desta edição do *Diálogo Global* examina a solidariedade em tempos de populismo de direita na Europa, concentrando-se na Áustria e na Hungria.

Brigitte Aulenbacher e Klaus Dörre, editores do Diálogo Global

- > O Diálogo Global pode ser encontrado em 17 idiomas no <u>website da ISA</u>.
- > Submissões devem ser enviadas a globaldialogue.isa@gmail.com.







#### > Equipe editorial

Editores: Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores Assistentes: Johanna Grubner, Christine Schickert.

Editor associado: Aparna Sundar.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagà.

Consultor: Michael Burawoy.

Consultor de mídia: Juan Lejárraga.

#### Conselho editorial:

Sari Hanafi, Geoffrey Pleyers, Filomin Gutierrez, Eloísa Martín, Sawako Shirahase, Izabela Barlinska, Tova Benski, Chih-Jou Jay Chen, Jan Fritz, Koichi Hasegawa, Hiroshi Ishida, Grace Khunou, Allison Loconto, Susan McDaniel, Elina Oinas, Laura Oso Casas, Bandana Purkayastha, Rhoda Reddock, Mounir Saidani, Ayse Saktanber, Celi Scalon, Nazanin Shahrokni.

#### **Editores Regionais**

**Mundo árabe:** Sari Hanafi, Souraya Mouloudji Garroudji, Fatima Radhouani, Mounir Saidani.

**Argentina** Alejandra Otamendi, Juan Ignacio Piovani, Pilar Pi Puiq, Martín Urtasun.

Bangladesh: Habibul Haque Khondker, Hasan Mahmud, Juwel Rana, US Rokeya Akhter, Toufica Sultana, Asif Bin Ali, Khairun Nahar, Kazi Fadia Esha, Helal Uddin, Muhaimin Chowdhury, Md. Eunus Ali.

**Brasil**: Gustavo Taniguti, Andreza Galli, Lucas Amaral Oliveira, Benno Warken, Angelo Martins Junior, Dmitri Cerboncini Fernandes.

Casaquistão: Aigul Zabirova, Bayan Smagambet, Adil Rodionov, Almash Tlespayeva, Kuanysh Tel, Almagul Mussina, Aknur Imankul.

#### França/Espanha: Lola Busuttil.

**Índia**: Rashmi Jain, Nidhi Bansal, Pragya Sharma, Manish Yadav, Sandeep Meel.

Indonésia: Kamanto Sunarto, Hari Nugroho, Lucia Ratih Kusumadewi, Fina Itriyati, Indera Ratna Irawati Pattinasarany, Benedictus Hari Juliawan, Mohamad Shohibuddin, Dominggus Elcid Li, Antonius Ario Seto Hardjana, Diana Teresa Pakasi, Nurul Aini, Geger Riyanto, Aditya Pradana Setiadi.

**Irã:** Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Abbas Shahrabi, Sayyed Muhamad Mutallebi, Vahid Lenjanzade.

Japāo: Satomi Yamamoto, Yuko Masui, Riho Tanaka, Marie Yamamoto, Shogo Ariyoshi, Kauzma Kawasaki, Sae Kodama, Koki Koyanagi, Tatsuhiro Ohata, Shunji Sugihara, Ryo Wakamatsu.

Polônia: Jakub Barszczewski, Iwona Bojadżijewa, Katarzyna Dębska, Anna Dulny-Leszczynska, Krzysztof Gubański, Monika Helak, Sara Herczyńska, Justyna Kościńska, Agata Kukla, Adam Müller, Weronika Peek, Zofia Penza-Gabler, Jonathan Scovil, Agnieszka Szypulska, Aleksandra Wagner, Mateusz Wojda.

Romênia: Cosima Rughiniş, Raisa-Gabriela Zamfirescu, Luciana Anăstăsoaie, Cristian Chira, Diana Alexandra Dumitrescu, Radu Dumitrescu, Iulian Gabor, Dan Gîtman, Alecsandra Irimie-Ana, Cristiana Lotrea, Ioana Mălureanu, Bianca Mihăilă, Andreea Elena Moldoveanu, Oana-Elena Negrea, Mioara Paraschiv, Codruţ Pînzaru, Susana Maria Popa, Adriana Sohodoleanu, Maria Stoicescu, Cătălin Varzari.

**Rússia:** Elena Zdravomyslova, Anastasia Daur, Valentina Isaeva.

Taiwan: Jing-Mao Ho.

Turquia: Gül Çorbacıoğlu, Irmak Evren.



As reflexões sobre as **transformações** e **alternativas** à organização atual das sociedades sempre fizeram parte do pensamento sociológico, assim como a pesquisa empírica sobre mudanças e transformações societárias. Contribuições do mundo todo fornecem insights teóricos e empíricos sobre essas questões.



Em escala global, as mulheres ainda representam uma grande parte dos pobres e dos marginalizados. Os artigos reunidos para este simpósio debatem a relação de **gênero** e **desigualdade** em diferentes esferas - do financiamento à pesquisa e do neoliberalismo até o Estado e o trabalho.



Esta seção fornece uma visão das **perspectivas teóricas** e **pesquisas empíricas da África do Sul** debatendo questões relativas não apenas a esse país, mas também ao Zimbábue e à Tanzânia, bem como à África como um todo. Um ensaio fotográfico sobre a história de Joanesburgo oferece uma compreensão visual da cidade.



O **Diálogo Global** é possível graças à generosa contribuição da **SAGE Publications.** 

27

29

31

33

35

37

39

41

43

45

48

50

55

#### > Nesta Edição

Editorial	2	Desafiando a igualdade de gênero na República Tcheca Por Blanka Nyklová, República Tcheca
> FALANDO DE SOCIOLOGIA		Persistência e mudança: desigualdade de gênero nos EUA  Por Margaret Abraham, EUA
Florestas em chamas: uma entrevista com Nandini Sundar  Por Johanna Grubner, Áustria	5	Gênero e desigualdade na região árabe Por Lina Abirafeh, Líbano
> TRANSFORMAÇÕES E		Trabalho e desigualdade de gênero no contexto asiático Por Nicola Piper, Reino Unido
ALTERNATIVAS  Uma breve história das alternativas sociológicas	0	IPSP: Progresso social, algumas reflexões de gênero Por Jeff Hearn, Finlândia/Suécia/Reino Unido
Por Matt Dawson, Reino Unido	<u>8</u>	
O futuro sendo feito Por Rainer Rilling, Alemanha	10	> SOCIOLOGIA DA ÁFRICA (DO SUL)
As muitas vozes do <i>Buen Vivir</i> Por Mateo Martínez Abarca, México	12	Pobreza e desigualdade: a África do Sul como um aviso Por Jeremy Seekings, África do Sul
O outro futuro do mundo árabe  Por Abdelkader Latreche, Qatar/Argélia	14	Pentecostalismo e cristianismo carismático na África do Sul  Por Mokong S. Mapadimeng, África do Sul
Como o estigma limita as políticas: catadores de lixo na África do Sul	40	Invasores do espaço: garimpeiras subterrâneas  Por Asanda Benya, África do Sul
Por Teresa Perez, África do Sul  Mudanças climáticas: pequenos agricultores no Zimbábue  Por Christopher Mabeza, Zimbábue	16 18	Os efeitos extra-econômicos do desemprego Por Thabang Sefalafala, África do Sul
		Como alimentar o mundo: aprendendo com a Tanzânia  Por Marc C.A. Wegerif, África do Sul
> IN MEMORIAM: ERIK OLIN WRIGHT		O Estado predatório no Zimbábue: partido, exército e negócios
Erik Olin Wright: um utópico real		Por Jabusile Madyazvimbishi Shumba, Zimbábue
Por Michael Burawoy, EUA	20	Jozi: a precária cidade do ouro
Recordando Erik Olin Wright  Por Michelle Williams, África do Sul	22	Por Alexia Webster e Edward Webster, África do Sul
> GÊNERO E DESIGUALDADE SOCIAL	<del></del>	> SEÇÃO ABERTA  Populismo de direita sob uma perspectiva solidária
Relacionando gênero e desigualdade: uma introdução		Por Jörg Flecker, Carina Altreiter, István Grajczjar e
Por Birgit Riegraf, Alemanha, Lina Abirafeh, Líbano e Kadri Aavik, Finlândia	23	Saskja Schindler, Áustria
Desafios de gênero no financiamento à pesquisa  Por Liisa Husu, Finlândia/Suécia	25	

A coisa mais difícil em tempos de crise é lembrar que também temos, enquanto intelectuais, a responsabilidade de continuar pesquisando. Às vezes, a escrita sociológica parece um projeto pessoal que não beneficia a ninguém além do próprio autor; outras vezes, o nosso trabalho parece inútil, especialmente se não é inovador; mas, no final do dia, somos pagos para acrescentar qualquer que seja o pequeno conhecimento incremental que somos capazes de produzir para o mundo.

### > Florestas em chamas

#### Uma entrevista com Nandini Sundar

Nandini Sundar é socióloga e professora do Departamento de Economia da Universidade de Delhi. Suas publicações mais recentes incluem: The Burning Forest: India's War in Bastar (Juggernaut Press, 2016, e nova edição com o título The Burning Forest: India's War Against the Maoists, Verso, 2019); os volumes editados The Scheduled Tribes and Their India (OUP, 2016); Civil Wars in South Asia: State, Sovereignty, Development (co-editado com Aparna Sundar, SAGE, 2014); e Inequality and Social Mobility in Post-Reform India, Special Issue of Contemporary South Asia (co-editado com Ravinder Kaur, 2016). Ela também é autora de Subalterns and Sovereigns: An Anthropological History of Bastar (2nd ed., 2007); é co-autora de Branching Out: Joint Forest Management in India (2001); editou Legal Grounds: Natural Resources, Identity and the Law in Jharkhand (2009); e co-editou Anthropology in the East: The founders of Indian sociology and anthropology (2007). Sundar foi editora de Contributions to Indian Sociology de 2007 a 2011, e atuou nos conselhos editoriais de várias revistas, instituições de pesquisa e comitês do governo. Ela foi agraciada com o Prêmio Infosys de Ciências Sociais (Antropologia Social), em 2010, com o Prêmio Ester Boserup de Pesquisa em Desenvolvimento, em 2016, e com o Prêmio Malcolm Adiseshiah de Contribuições Distintas para os Estudos de Desenvolvimento, em 2017.

Desde 2005, Sundar tem estado envolvida com vários litígios e ativismos no que tange aos direitos humanos. Em 2011, a Suprema Corte da Índia proibiu o apoio estatal ao vigilantismo armado em um julgamento histórico, que ficou denominado "Nandini Sundar vs. State of Chhattisgarh". Ela escreve regularmente para a mídia sobre questões contemporâneas, e seus textos estão disponíveis em

http://nandinisundar.blogspot.com.

Aqui, nesta edição, ela é entrevistada por **Johanna Grubner**, doutoranda na Johannes Kepler University, em Linz, na Áustria, e editora assistente do *Diálogo Global*.



Nandini Sundar.

JG: Seu livro aclamado pela crítica Subalterns and Sovereigns: An Antropological History of Bastar foi publicado em 1997 e trata da história de Bastar nos séculos XIX e XX. Você poderia nos falar um pouco sobre o interesse inicial e a motivação que a levou a concentrar seu trabalho nessa área geográfica na Índia Central?

NS: Quando comecei meu doutorado, no final dos anos 1980, no Departamento de Antropologia da Universidade de Columbia, fui inspirada pelo trabalho de historiadores marxistas como E.P. Thompson e Eric Hobsbawm, além de antropólogos como June Nash e William Roseberry, que tinham como foco a economia política. Na Índia, estudiosos estavam debatendo os Estudos Subalternos da História. Eu sabia que queria estudar o colonialismo, a expansão do capital e a rebelião camponesa/movimentos sociais contemporâneos; mas demorou um pouco para eu

descobrir por onde e como eu começaria a fazer isso. Em 1990, eu visitei Bastar pela primeira vez, e ali encontrei todos os ingredientes que eu precisava para uma boa pesquisa de doutorado – pessoas generosas, movimentos sociais em pleno funcionamento, um passado rebelde... e ninguém havia trabalhado propriamente sobre aquela história.

JG: Em sua última obra, The Burning Forest: India's War Against the Maoists, você debate os resultados de sua pesquisa contínua e de seu trabalho de campo na região de Bastar. Você poderia descrever brevemente os conflitos sociais e políticos específicos que ocorrem lá hoje?

NS: Durante o último século, talvez mais, a Índia Central tem sido explorada por seus recursos florestais e minerais, um processo que se intensificou muito no início do século XXI. Grandes corporações receberam concessões de mineração, deslocando comunidades locais inteiras e causando danos ambientais e sociais. As pessoas têm resistido ao deslocamento por meio de uma variedade de movimentos sociais. Uma forma que isso tomou nas últimas duas décadas foi a participação em atividades de guerrilha armada junto com o Partido Comunista da Índia (que é maoísta). Paralelamente, as operações de contra insurgência colocadas em prática pelo governo envolveram um grande número de assassinatos extrajudiciais, a proliferação massiva de campos de segurança e a militarização daquela região. Atualmente, tanto o governo quanto os maoístas parecem intransigentes quanto à não adoção de métodos armados, embora ambos afirmem quererem o diálogo e a paz, visando sempre o interesse do povo.

JG: Em The Burning Forest, você questiona o status e o entendimento de democracia e das práticas democráticas na Índia, chegando a afirmar que "a Índia é uma democracia com todas as instituições [...], mas o que elas significam pode não ser o que esperamos". Você poderia delinear esta crítica um pouco melhor para nós?

NS: Elementos que muitas vezes são considerados essenciais para a democracia, como eleições frequentes ou medidas de bem-estar social, são muitas vezes usados para deslegitimar formas alternativas de protesto e formas de vida que não se encaixam na visão de Estado desenvolvimentista. Esses modelos alternativos podem incluir formas de coexistência com a floresta, bem como uma série de práticas produtivas artesanais. Mesmo em "tempos normais", a representação eleitoral é problemática devido às desigualdades estruturais sob as quais ela funciona, como as enormes somas de dinheiro necessárias para disputar as eleições, tornando os partidos dependentes dos grandes negócios financeiros e facilitando uma variedade de práticas corruptas. No entanto, durante a contra insurgência ou os conflitos, o uso do aparato

democrático como um instrumento de opressão, e não de representação, vem especialmente à tona. Por exemplo, as pessoas são forçadas a votar para legitimar a ordem política, e os partidos e as organizações são seletivamente proibidos. Atualmente, na Índia, grandes setores da mídia foram cooptados pela direita e estão funcionando como propagandistas de ódio disfarçados de nacionalistas. Cada vez mais, todas as instituições que apoiam a democracia estão sendo esvaziadas, como o judiciário e as autoridades reguladoras, etc. A política democrática – por meio da aparência da separação de poderes e do consentimento popular – funciona como um limite externo à possibilidade de pensar alternativas criativas.

JG: Os conflitos sociais e políticos em Bastar envolvem o Estado e vários grupos políticos e sociais com diferentes estruturas e diferentes objetivos políticos e sociais. Você poderia falar sobre o arcabouço teórico no qual você se baseia em sua análise, explicitando a abordagem empírica que aplicou para capturar essas diferenças e por que as considerou úteis?

NS: Meu referencial teórico subjacente é e sempre foi marxista. Em The Burning Forest, no entanto, tentei fazer uma etnografia da democracia por intermédio das várias aspirações que as pessoas trouxeram para o processo, bem como da maneira pela qual diferentes instituições (mídia, judiciário, partidos políticos) responderam a isso. Vemos como a impunidade e a precariedade, por exemplo, são co-construídas, mas também como as pessoas têm a vontade de sobreviver e lutar. Eu tentei apelar para uma audiência generalista; então, a crítica no meu trabalho é implícita. A escolha de métodos e lugares foi determinada em grande parte pelas próprias circunstâncias. Como eu estava tão envolvida no que escrevia - como litigante contra as violações de direitos humanos -, certos espaços me pareceram mais difíceis de serem acessados, como o mundo da polícia e das forças de segurança pública. No entanto, outros espaços tornaram-se disponíveis para serem estudados mais intimamente, como o processo legal envolvido na apresentação de litígios de interesse público e como funciona o judiciário.

JG: Em sua experiência, os estudos de campo sociológicos, como o que você realizou em Bastar, pode ajudar a entender melhor a estrutura social do conflito? Em caso afirmativo, você poderia nos falar sobre alguns dos elementos do seu trabalho que considera particularmente pertinentes para visualizar conflitos sociais além do contexto de Bastar?

**NS:** Há muitas ressonâncias entre o que está acontecendo em Bastar e o que está acontecendo em outros lugares do mundo, especialmente em áreas ricas em recursos naturais e com povos indígenas vivendo. Aprendi muito com a literatura sobre os movimentos sociais latino-

americanos e a violência do Estado contra eles, bem como com os estudos sobre contra-insurgência, incluindo o uso britânico de legislação de emergência e o Programa Norte-Americano de Estratégia Hamlet (plano para combater a insurgência comunista, pacificando o campo e reduzindo a influência de comunistas entre a população rural), usado na Malásia, no Vietnã, etc.

Há muitas maneiras de se tratar um assunto como esse, e posso pensar em pelo menos três livros alternativos que eu poderia ter escrito: sobre vigilantismo e questões de autoridade, em autoria delegada pelo Estado, e culpabilidade individual; sobre lei, suas aparições fugazes e o modo como isso enquadra o Estado; ou sobre as emoções conflitantes da guerra civil. Além disso, ao contrário do excelente trabalho sociológico/antropológico sobre a esquerda armada latino-americana, não temos um estudo sólido do movimento maoísta que olhe, por exemplo, para as mudanças que provocaram na distribuição de terras e na economia política agrária local. Eu acho que é algo que vale a pena fazer.

JG: Em situações onde os princípios democráticos são desafiados e os direitos humanos são violados, o que você considera ser responsabilidade das Ciências Sociais e, mais especificamente, da Sociologia enquanto disciplina?

NS: Todos temos múltiplas responsabilidades - como cidadãos, sociólogos, professores. Há momentos em que nos sentimos intimados a vestir nossos chapéus de cidadão - assistir a uma manifestação, assinar uma petição, prestar depoimento em tribunal ou qualquer outra coisa do gênero. Em outros momentos, nossa responsabilidade para com nossos alunos e colegas de profissão se impõe, e a rotina incansável da vida acadêmica impede outros tipos de atividades paralelas. Mas a coisa mais difícil em tempos de crise é lembrar que também temos, enquanto intelectuais, a responsabilidade de continuar pesquisando. Às vezes, a escrita sociológica parece um projeto pessoal que não beneficia a ninguém além do próprio autor; outras vezes, o nosso trabalho parece inútil, especialmente se não é inovador; mas, no final do dia, somos pagos para acrescentar qualquer que seja o pequeno conhecimento incremental que somos capazes de produzir para o mundo. Em dias como estes de precariedade acadêmica. é importante também nos lembrarmos de que ter um emprego é um privilégio.

JG: Você é considerada uma acadêmica e uma ativista social. Você concorda com tal descrição? E como você descreveria a relação típica entre a academia e a política na Índia, e de que maneira essa relação tem afetado o seu trabalho?

NS: Eu sempre estive envolvida em várias frentes de lutas por liberdades civis; mas foi em razão de meu profundo comprometimento com Bastar, enquanto pesquisadora, que fui levada para o ativismo dos direitos humanos quase em tempo integral em 2005. Em 2007, quando iniciamos litígios na Suprema Corte contra o vigilantismo e as atrocidades do Estado, eu não imaginava que ainda estaríamos no tribunal em 2019. Em 2011, obtivemos um ótimo resultado jurídico, que baniu o apoio estatal a vigilantes e ordenou a indenização de todas as vítimas; mas o governo se recusou a implementá-la efetivamente - então ainda estamos lutando por justiça. Em 2016, a polícia de Chhattisgarh apresentou uma queixa falsa e vingativa contra seis de nós por homicídio, porte de armas, distúrbios sociais, etc., juntamente com acusações nos termos da Lei de Prevenção de Atividades Ilegais, que é uma das principais leis antiterrorismo da Índia. Felizmente, recebemos indulto do tribunal e não fomos presos; porém, as acusações só foram derrubadas em fevereiro de 2019.

Com o tempo, meu ativismo em Chhattisgarh diminuiu à medida que outras pessoas vieram trabalhar nessa questão. Pessoalmente, acho difícil ser um bom ativista e um bom acadêmico em razão do tempo de investimento que ambas as frentes demandam. No limite, muitos cientistas sociais indianos estão envolvidos em alguma forma de ativismo, porque os problemas ao nosso redor são muito visíveis e urgentes. Mas há outros que são mais arrogantes em relação ao ativismo, alegando que isso diminui a objetividade e a teorização apropriada. Sob o regime de Modi, preservar a universidade como um espaço acadêmico se tornou um desafio, já que seminários e workshops têm sido proibidos, palestrantes desconvidados, estudantes acusados de sedição e espancados, e livros - incluindo o meu próprio - retirados dos currículos por serem "anti-nacionais".

JG: Como seu trabalho já ganhou muita atenção, certamente muitas pessoas ficarão curiosas sobre suas intenções para o futuro. Você pode nos contar sobre seus planos como ativista e pesquisadora para os próximos anos?

NS: Em partes, isso depende do futuro político da Índia e de como as universidades serão tratadas em regimes futuros. Tenho vários projetos em mente, incluindo um estudo sobre a constituição da Índia e a contribuição dos movimentos estudantis para a formatação de políticas nacionais; mas não tenho certeza sobre qual deles eu irei me concentrar. Eu gostaria muito de fazer pesquisas em outro continente, também, só que não tenho certeza se e quando isso será possível. Muito disso, mais uma vez, depende de minhas férias na universidade, que são cada vez mais difíceis de conseguir hoje em dia. ■

Contato com Nandini Sundar < nandinisundar@yahoo.com >

# > Uma breve história das alternativas sociológicas

Por Matt Dawson, Universidade de Glasgow, Reino Unido



Pensar em formas alternativas de organização da sociedade sempre foi parte integrante da sociologia. Foto: C. Duncan / Flickr. Alguns direitos reservados.

ntão, qual é a alternativa?". Provavelmente, eu não devo ser o único sociólogo a ser questionado sobre quais alternativas a Sociologia tem a oferecer para os problemas sociais que ela própria tão cuidadosamente cataloga. Foi em parte esse questionamento, e minha ocasional incapacidade de respondê-lo, que me encorajou a escrever Social Theory for Alternative Societies ("Teoria Social para Sociedades Alternativas"), livro no qual tentei descrever um conjunto de alternativas que já foram oferecidas pelos sociólogos na história da disciplina. Esse trabalho me ensinou que há uma rica história de alternativas sociológicas. Como outros já apontaram, uma disciplina que, tal como a sociologia cada vez mais faz, baseia-se na crítica e questiona a inevitabilidade do que é, automaticamente, deve confrontar-se com a questão do que poderia ser: a questão das alternativas. Para sociólogos que lutam com esse dilema, hoje, uma consciência da história dessas alternativas me pareceu útil.

O que vemos quando estudamos essa história é a estreita conexão entre crítica e alternativa. Mesmo Karl Marx, que ficou célebre por não estar "escrevendo receitas para as oficinas do futuro", usou proposições de como o comunismo poderia parecer - a erradicação da propriedade privada, a diminuição da divisão do trabalho, o trabalho se tornando nossa "principal necessidade", etc. -, no sentido de incrementar sua crítica ao capitalismo. O mesmo pode ser encontrado em escritores marxistas posteriores, no século XX, como o francês Henri Lefebvre, que usou a alternativa de autogestão para iluminar as formas em que a vida cotidiana era manipulada; ou então Herbert Marcuse, destacando a "nova subjetividade" para a humanidade que era sugerida pelos movimentos de "grande recusa" dos anos 1960 e 1970; ou, ainda, a defesa de Angela Davis da abolição da prisão como uma resposta ao pernicioso complexo industrial-prisional norte-americano. Esses marxistas uniam-se por anteverem algumas alternativas como úteis e necessárias para questionar a permanência do que é.

Os sociólogos de outras perspectivas compartilharam essa visão sobre a conexão íntima da crítica e da alternativa em vários contextos. Émile Durkheim, por exemplo, ofereceu várias alternativas de futuro, incluindo o banimento da herança. A herança foi apresentada, por ele. como algo incompatível com a França moderna emergente, com seu foco no individualismo e na meritocracia, ao mesmo tempo em que exacerbava formas problemáticas de desigualdade econômica; portanto, ela deveria ser proibida. Na Escócia, Patrick Geddes procurou superar as condições de superlotação e insalubridade da cidade industrializada com um sistema de "cirurgia conservadora" que redesenhasse as cidades com foco nos espaços cívicos. A cidade velha de Edimburgo ainda mostra o impacto de suas ideias, sobretudo no Patrick Geddes Heritage Trail. Enquanto isso, nos EUA, o sociólogo W.E.B. Du Bois respondeu às mudanças nos regimes de desigualdade racial com diferentes alternativas. Passou de uma crença otimista e liberal na ciência e na educação expressa em sua defesa das "academias negras" para uma reivindicação radical contra a segregação econômica negra, no sentido de indicar a possibilidade de uma alternativa para além do capitalismo.

Dada a alegação de Wright Mills, em A Imaginação Sociológica, de que a Sociologia estaria tentando tornar a sociedade mais democrática, não surpreende ver também alternativas que se concentram em melhorar a democracia. Em Chicago, George Herbert Mead destacou a dificuldade do "gênio" que há em todas as pessoas de se expressar em uma democracia que reduzia a política a uma batalha das "personalidades"; com isso, defendeu um conjunto de reformas sociais - como assentamentos sociais, clubes urbanos, ligas de proteção aos imigrantes, arbitragem de greve, campanhas de sufrágio, educação para pessoas com necessidades especiais - que poderiam garantir a todos os cidadãos a chance de se expressarem democraticamente. Enquanto isso, exilado em Londres, Karl Mannheim delineava um sistema de "democracia militante", que incluía um conjunto de valores democráticos centrais estritamente impostos e uma "nova classe dominante", educada na Sociologia, para evitar a ascensão do fascismo.

A sociologia feminista também contribuiu significativamente para a busca de alternativas. Selma James e Mariarosa Dalla Costa, respondendo a escritores anteriores, como Margaret Bentson, que advogara em favor da socialização do trabalho doméstico, propuseram salários mínimos para o trabalho doméstico como uma forma de

superar as desigualdades do patriarcado. Elas também esperavam, através disso, tornar as mulheres uma parte central da luta revolucionária por uma sociedade socialista e mais justa. Mais tarde, respondendo às preocupações de que a pornografia havia "sexualizado a hierarquia" e reproduzido noções de mulheres como fontes primordiais de satisfação para os homens, Andrea Dworkin e Catherine MacKinnon advogaram no sentido de banir a pornografia. Em resposta a essa aclamação, feministas como Lynne Segal e Sheila McGregor argumentaram que, em vez de tentar proibir a pornografia, deveríamos buscar mais expressões feministas de sexualidade.

Essas alternativas e muitas outras, como a "Terceira Via" de Anthony Giddens, a defesa de Ulrich Beck de "uma Europa de cidadãos" ou aquelas dos tantos sociólogos pelo mundo que contribuíram para o debate sobre a necessidade de uma "renda básica", sugerem a necessidade de a Sociologia considerar a natureza das suas intervenções públicas. Enquanto a defesa de Michael Burawoy de uma "sociologia pública" encorajou os sociólogos a refletirem sobre a natureza de sua atividade pública, isso tem sido, às vezes, removido dos exemplos históricos de sociologia pública. No entanto, quando olhamos para essa história pelas lentes de como os sociólogos ofereceram alternativas, encontramos exemplos ricos para os dias atuais, desde o redesenho urbano de Geddes, a organização comunitária de Mead, o ativismo anti-prisão de Davis até as palestras de rádio de Mannheim defendendo o fortalecimento da democracia. Tal foco também nos lembra do papel que a ficção tem desempenhado ao permitir que os sociólogos descressem suas alternativas. Talvez o mais significativo, aqui, seja a utopia feminista de Charlotte Perkins Gilman, em Herland, com sua ênfase na criação coletiva de crianças e nas relações sustentáveis entre a humanidade e a natureza.

Ruth Levitas sugeriu que, uma vez que gastamos um esforço significativo criticando formas de desigualdade e poder com as suposições que poderiam ser suprimidas, os sociólogos carregam "utopias silenciosas" em seu trabalho. Espero que este pequeno ensaio tenha mostrado que muitas vezes os sociólogos não silenciaram sobre as alternativas que eles tinham para oferecer. A Sociologia tem uma rica história de alternativas na qual podemos buscar inspiração, debate e crítica. Quando nos perguntam "então, qual é a alternativa?", nós temos muitas respostas para oferecer.

Contato com Matt Dawson: < Matt.Dawson@Glasgow.ac.uk >

### > O futuro sendo feito

Por Rainer Rilling, Universidade de Marburg, Alemanha



Quem e o que molda o nosso futuro? Foto: S. Vastano / Flickr. Alguns direitos reservados.

termo "transformação" tem uma história curta, porém diversificada. Ele varia de seu uso cotidiano a descrições político-científicas que se referem a todos os tipos de mudanças, de regime político e de desenvolvimento de ordens póscoloniais para capitalismos democráticos liberais, até a diferentes variedades de um capitalismo globalizante e, finalmente, de forma ainda mais ampla, às "Grandes Transformações" da relação homem-natureza, das ordens estatais-socialistas em ordens capitalistas e além delas. Embora muitas vezes focalizados na controvérsia sobre como e com quem diferentes atores poderiam ir "daqui" até "ali", as narrativas de transformação negligenciaram certos aspectos de uma "política do futuro".

"O futuro já está aqui; só que ele ainda não foi distribuído uniformemente". É o que afirma William Gibson, que inventou o termo "ciberespaço", já há um quarto de século. No entanto, ele se manteve em silêncio acerca da distribuição atual ou futura desse futuro – mesmo que a questão já estivesse em evidência séculos atrás. O surgimento das modernas relações de tempo no modernismo burguês não apenas revolucionou a distinção até agora válida entre passado, presente e futuro, mudando o próprio significado de "futuro" do passivo para o ativo ("o futuro é feito"), como também moveu a produção e o

cálculo de lucros do devir – isto é, dos futuros – para o centro do novo sistema econômico. Em última instância, as sociedades pré-capitalistas com foco no passado foram transformadas em sociedades acumuladoras de capital, com foco no futuro. É também a partir de então que os projetos estratégicos que visam a apropriação global do "continente do futuro" passaram a existir.

Através da universalização dos mercados, do dinheiro capitalizado e do seu "desmembramento" territorial e social (Karl Polanyi), surgiram formatos estratégicos como os "futuros presentes" (Niklas Luhmann), que agora existem sempre e em toda parte. Hoje, essas são, por exemplo, as apostas globais sobre o futuro do complexo dominante de poder-dinheiro do setor financeiro, as promessas de segurança e a expansão dos "aparatos futuros" do estado preventivo, violento e militar, ou então dos cálculos feitos acerca da sustentabilidade ecológica e do lucro econômico por meio do acoplamento transformador da geoengenharia e do "capitalismo verde" do combustível pós-fóssil. Mais do que qualquer outra coisa, a construção de um arranjo complexo de inovação tecnológica-social a partir da chamada Indústria 4.0, da big data, da sociedade digital, dos espaços inteligentes e do domínio digital significam a grande promessa de uma consolidação global em um projeto para a transformação das forças produtivas informacionais

e industriais do capitalismo contemporâneo.

É fácil sugerir, mais uma vez, que isso revolucionará o grande pacote de padrões de comportamento sociocultural e individual relacionados ao tempo, bem como as práticas sociais que surgiram no século XIX, como precaução, prevenção, preempção, preparação e adaptação (resiliência), que incorporaram um compromisso forte e sustentado em relação ao futuro.

Esses grandes formatos são, ao mesmo tempo, segmentos públicos e privados das capacidades capitalistas para o futuro, e devem abrir caminho para o lucro e para o poder nas incertezas dos respectivos futuros. Suas dinâmicas não são nem desprovidas de violência nem de crise, precisamente porque, apesar de sua falta de simultaneidade, elas desenvolveram seus próprios corpos e modos de poder – são, portanto, uma força extraordinariamente transformadora e planetária.

Ao mesmo tempo, cada um desses projetos que visa explorar o "continente do futuro" gera visões, utopias, mitos e expectativas globalmente efetivas (Jens Beckert) de grande profundidade e abrangência, que sustentam a viabilidade sistêmica do capitalismo contemporâneo. Esses projetos funcionam como "geradores de sentido" (Georg Bollenbeck) e contribuem com partes de interpretações orientadoras do mundo e de seus "futuros presentes".

O que acontece quando construímos, contamos, calculamos, escrevemos, esperamos, planejamos ou fantasiamos o futuro? Como resultado disso, os futuros são vertidos em presentes (verdadeiros, reais). Futuros são definidos nomeando, interpretando e enquadrando; e. fazendo isso aqui e agora, eles são trazidos para o presente - tornando-se "futuros presentes". Todos esses futuros em jogo foram e são nomeados, entendidos, interpretados e trazidos para o presente, o que os faz atuais e prontos para a tomada de decisões. Todo o processo é acompanhado pelo esforço de minimizar a diferença entre os verdadeiros "presentes futuros" e os atuais "futuros presentes", sendo que cada "futuro presente" é mantido entre um aqui e agora e um então e um outrora. Os futuros presentes estão presentes, mas ao mesmo tempo ausentes porque não aconteceram, ainda não estão lá e podem nunca acontecer. São essas presenças no presente de algo que ainda não aconteceu, ou que nunca pode acontecer, que fazem de tais futuros presentes o próprio assunto de decisões, ações ou não ações.

Logo, trata-se de quem deixa o "tempo impresso" (Zeitabdruck) de um presente futuro no futuro presente. Em segundo lugar, é necessário no presente tomar decisões sobre ideias, modelos, imaginários, narrativas e ações orientadas para o futuro que possam ser usadas para

gerar confiança, credibilidade, aceitação, aprovação e, finalmente, segurança que esse futuro presente particular – embora indefinido e não previsível – irá realmente ocorrer. Essa é a linha final da "política futura". Ela fica de pé sob condições frágeis, mas são os pés de gigantes.

No entanto, desenvolver futuros presentes também significa tirá-los dos outros, como colocou a futurologista britânica Barbara Adam: "Fazemos e tomamos futuros" por exemplo, os futuros dos explorados, dos extremamente pobres, dos sem-teto, dos indocumentados, dos encarcerados, dos refugiados. Aqui, qualquer futuro poderoso e hegemônico prefigura, molda e corrói o futuro presente daqueles que o seguem. Crises, pobreza, privações e austeridade comprimem seu tempo para o essencial: a sobrevivência no sofrimento do presente. Assim, não deixa tempo para a atratividade do futuro, uma vida melhor e seus imaginários. Austeridade é um ataque ininterrupto ao futuro dos pobres. Fechar este campo do futuro - esse "depósito de possibilidades" (Luhmann) - e excluir tudo do poder que poderia contrariar os projetos dominantes através de subestruturas concorrentes é um sinal da política futura dominante aqui e agora.

Só que não é o alcance dos grandes modelos e das grandes narrativas culturais acerca das promessas capitalistas do futuro, mas o seu poder de moldar e sua estabilidade que claramente se desgastaram nos últimos 50 anos. Durante a última década, a experiência da crise econômica, o rápido colapso dos padrões de ordem social-democrata-liberais e o surgimento de políticas violentas da direita aceleraram essa desestabilização. Narrativas nacionalistas e fascistas - não sobre mercados, mas sobre elites culpadas - estão sendo revividas e atualizadas. A financeirização e a crise econômica, desde 2008, desvalorizaram e destruíram milhões de presentes futuros imaginados. Os novos caminhos do futuro, predominantemente culturais, que foram reativados ou combinados a partir dessas experiências e possibilidades na virada do milênio, dependem cada vez mais de quebra e ruptura de megatendências na economia, a fim de impor retro culturas regressivas a partir da direita. Logo, as contra narrativas políticas do passado ganham peso e se estabilizam institucional e economicamente.

Aqueles que querem criticar, reformar ou transformar radicalmente o capitalismo de hoje, obviamente, têm de lidar com o fato de que o capitalismo é, pela primeira vez na história da humanidade, uma sociedade do futuro que opera com futuros prováveis, plausíveis e possíveis – cujo mantra atual, naturalmente, é a invocação maciça de narrativas da política do passado.

Contato com Rainer Rilling: <ri>rillingr@mailer.uni-marburg.de></ri>

## > As muitas vozes do Buen vivir

Por **Mateo Martínez Abarca**, Universidad Nacional Autónoma de México, México e Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Portugal



Ilustração por Arbu.

os últimos anos, na América Latina, especialmente na região andina, tem havido um importante debate sobre a ideia de Buen vivir ("bem viver"). Primeiro, como uma proposta forjada no calor das lutas indígenas nos anos 1990; depois, como parte de uma intensa discussão nos círculos intelectuais e acadêmicos de esquerda; e, finalmente, em países como o Equador, que utilizou a ideia de Buen vivir como um conceito decisivo na elaboração de uma nova constituição nacional em 2008 (mais tarde traduzido em política pública). O fato é que o Buen vivir é uma ideia poderosa que já percorreu um longo caminho em pouco tempo. Mas o que é Buen vivir depois de toda essa breve história? Deveríamos considerá-la uma proposta com relevância prática para a construção de uma sociedade alternativa, não apenas na América Latina, mas em todo o mundo?

Há muitas maneiras de definir o *Buen vivir*, dependendo, em grande parte, do lugar de sua enunciação. Nesse sentido, é uma ideia que assume tanto o tom quanto a força da voz de quem a invoca. O *Buen vivir* não tem o mesmo significado para todos os povos indígenas, ou para todas as mulheres indígenas, ecologistas, ativistas, intelectuais, ONGs ou até mesmo o governo do Equador. *Buen vivir*, cuja tradução literal do espanhol para o inglês seria "good living", aponta, em última instância, para um conceito rico, ainda que elusivo e em construção, que não pode ser facilmente estabilizado, justamente porque está sendo constantemente construído e reconstruído, negociado e renegociado.

Para os povos indígenas, por exemplo, o *Buen vivir* não pode ser entendido sem que sejam dados alguns passos profundos em direção a uma filosofia particular e a uma forma específica de representação da realidade. No Equador,

os povos Quéchua usam o conceito de Sumak Kawsay como equivalente à ideia de Buen vivir. Assim, Sumak Kawsay pode ser definido como uma ideia utópica enraizada na Pachamama (traduzido de forma bem direta como Mãe-Terra), na qual todas as relações sociais entre os seres humanos e a natureza são construídas na comunidade, sempre em relação aos princípios de complementaridade, reciprocidade, solidariedade e igualdade. Para os falantes de Quéchua, portanto, Sumak Kawsay pode ser entendido como o oposto de Llaki Kawsay, ou "vida ruim", que sintetizaria o caráter infeliz da vida quando há a ausência da comunidade. Os Aimarás da Bolívia têm um conceito semelhante, porém diferente, chamado Suma Qamaña. Os Guaranis do Paraguai chamam-no de Nandereko, enquanto os Mapuches do Chile e da Argentina referem-se a Küme Mongen, e assim por diante...

Para intelectuais e acadêmicos, particularmente da esquer-da latino-americana, o Buen vivir mantém uma forte relação com os problemas do desenvolvimento, do crescimento econômico e do extrativismo. Sob a organização capitalista da vida, o crescimento econômico é uma ideia que repousa sobre a mercantilização das atividades produtivas humanas e da própria natureza (levando em consideração até mesmo processos humanos e naturais "não produtivos"). Assim, o Buen vivir seria a antítese radical dos modos de valoração da sociedade de mercado: uma afirmação do valor de uso sobre o valor de troca, tal como os teóricos materiais dos séculos XIX e XX puderam enquadrar a distinção. Nesse sentido, o Buen vivir significaria não apenas empreender uma lógica societária pós-crescimento, mas também construir uma racionalidade econômica pós-capitalista inteiramente diferente.

De qualquer maneira, o Buen vivir deve ser compreendido como uma crítica da modernidade baseada em diferentes ontologias não ocidentais - incluindo aquelas tipicamente enquadradas como marxismo - em meio a uma crise dos padrões coloniais e eurocêntricos do poder global. Em termos de seu desenvolvimento teórico, o Buen vivir extrai vários insights da teoria crítica, da teoria pós-colonial, do feminismo, dos estudos culturais, raciais e de gênero, e da ecologia política. Todavia, sua relevância histórica deriva, principalmente, da estreita e muitas vezes dura experiência vivida pelos movimentos sociais, particularmente os movimentos indígenas, que impulsionaram a tradução de suas reflexões e de seus compromissos em um conjunto de ideais para guiar suas lutas. Nessa medida, o Buen vivir escapa consistentemente da reificação, sendo que a fluidez do conceito constitui uma de suas grandes vantagens contra a frequente estagnação teórica de outras propostas utópicas.

Em várias ocasiões, as comunidades inventam novos conceitos altamente práticos a partir da ideia do *Buen vivir*, endereçados a desafios específicos no decorrer de suas lutas. Um exemplo disso seria a própria noção de

Kawsak Sacha ou "floresta viva", elaborada pelos povos indígenas de Sarayaku, que vivem na bacia amazônica do Equador. Essa proposta nasceu como uma resposta à ameaça da exploração de petróleo em seu território, tendo como um de seus principais objetivos nutrir o "projeto de vida" da comunidade como uma alternativa à imposição de modelos extrativistas desde o início dos anos 2000. Alguns anos depois, a comunidade Sarayaku e algumas agências aliadas apresentaram uma iniciativa de Kawsak Sacha na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015, na França, e, posteriormente, no Congresso da União Internacional para a Conservação da Natureza em 2016, no Havaí.

O Buen vivir não apenas reencenou "visões de mundo ancestrais" - ele resgata e revitaliza vários elementos tradicionais da memória histórica dos povos indígenas. Mais que isso, o conceito adere a uma construção muito avançada de ideias e práticas que se adaptam constantemente aos ritmos de uma realidade em que a contínua exploração do trabalho e da natureza permanece central. É um erro típico entre acadêmicos e ativistas do Norte Global e do Sul Global imaginar o Buen vivir como o mais recente sabor da espiritualidade da Nova Era, segundo a qual grupos de indígenas e seus aliados se reúnem para bater tambor sob a lua cheia, enquanto o mundo colapsa ao redor deles. Ver o Buen vivir através de lentes tão cor de rosas e pragmáticas-racionalistas do ocidente promoveria, mesmo que involuntariamente, a despolitização de uma proposta que é, em sua forma mais inadulterada, um desafio intrinsecamente político.

Erros interpretativos como esses, bem como a cooptação despolitizada de seus princípios por certos governos que o leem como uma doutrina exclusivamente de e para as lógicas do Estado, desacreditaram o Buen vivir enquanto uma proposta radical de transformação social. Isso parece ter acontecido no Equador, onde o Buen vivir faz parte da Constituição Nacional desde 2008. Apesar de seu núcleo de potencial transformador, a subordinação do Buen vivir a um projeto específico de um governo alinhado com a chamada "maré rosa" na América do Sul, acabou exaurindo burocraticamente seu potencial para a sociedade equatoriana, à medida que o regime mergulhava em uma intensa agenda extrativista, práticas autoritárias e uma série de escândalos de corrupção. E, no entanto, o revés momentâneo desse engenhoso experimento contra político também estimulou um processo de necessária autocrítica, renovação e aprendizado entre os múltiplos grupos subalternos que continuam a acreditar e a se identificar com o projeto. No final, será a multidão dessas vozes subalternas que proferirá a última palavra sobre o futuro do Buen vivir como um instrumento filosófico e político em suas lutas.

Contato com Mateo Martínez Abarca <a href="mailto:abortocronico@gmail.com">abortocronico@gmail.com</a>>

## > O outro futuro do mundo árabe

Por Abdelkader Latreche, sociólogo e demógrafo, Qatar/Argélia



rever, prospectar ou moldar o futuro dos países árabes ou do mundo árabe em geral são tarefas desafiadoras e difíceis. Desafiadoras, porque estamos a lidar com países excessivamente fascinados com o futuro, divididos entre os esplendores do passado e as misérias do presente. Ou seja, trata-se de sociedades que estão submetidas a um eterno debate entre o tradicional (qadim) e o moderno (jadid), em uma permanente dialética entre a ruptura e a continuidade na busca de um amanhã melhor, incluindo a permanente busca pela renovação do mito da "Nação Árabe". Difíciis, porque os países árabes estão em fase de mudança desde o século XIX: após a descolonização, veio a construção do Estado-Nação; depois disso, vieram diferentes tipos de crises causadas por divisões e conflitos, juntamente com a busca pela renovação (tajdid). Ao assumir a luta pela emancipação, a renovação (modernismo) rebelou-se contra o tradicionalismo e gerou rupturas. É também por isso que os países árabes sempre pareceram fracos e querendo refazer tudo; em suas revoluções pela liberdade, semelhantes às ocorridas no século XIX na

Numa manifestação na Argélia, um cartaz diz: "Você roubou tudo: nossa identidade, nossa história, nossa revolução, nossa independência, nossos recursos, nosso passado e presente. Mas você nunca roubará nosso futuro ". Foto: Abdelkader Latreche.

Europa, o presente sempre aparece como algo oposto à história, cujos símbolos devem ser destruídos. Em contraste, o futuro emerge como sinônimo de renovação, ruptura e modernismo, como visto no movimento de renascimento árabe do século XIX, que denunciou a estagnação da sociedade árabe e promoveu o surgimento de um novo espaço político moderno.

As idéias de futuro, para os árabes, da "Nação Árabe" ou dos países árabes sempre esteveram presentes no pensamento social, nos movimentos políticos e nos partidos políticos, antes e depois da independência dos países árabes. Essa ideia, que não pode ser dissociada da história contemporânea desses países, em particular do movimento de renascimento (Nahda), descolonização, modernização e construção de novos Estados-Nação, esteve associada exclusivamente à idéia de unidade árabe e/ou ação comum árabe por décadas. Os esforços sociais e populares relacionados ao sonho árabe ainda estão em andamento em vários campos literários, artísticos, esportivos e outros. Claramente, a ideia de futuro dos árabes transcende tanto as gerações quanto o tempo. Mas essa ideia tornou-se ainda mais desafiadora, em particular com o futuro crescimento demográfico da população da região.

#### > O outro futuro

Desde a sua independência, os países árabes demonstraram certa disposição de modernizar a gestão do Estado, criando e adotando novas instituições nacionais e regionais, marcos jurídicos e legislativos, bem como diversas políticas nacionais e regionais de desenvolvimento. Esses esforços nacionais e regionais exigiram a mobilização de imensas quantidades de recursos nacionais e sempre dependeram de uma fonte primária de riqueza - petróleo ou gás, turismo ou agricultura. Uma crise no setor primário – como a flutuação dos preços do petróleo e do gás – cria grandes déficits e impede o investimento público, resultando em crises econômicas e sociais. A singularidade

das economias árabes e a sua total dependência de um setor não podem continuar; os países árabes precisam administrar suas economias de maneira diferente e mudar as formas pelas quais usam seus recursos, especialmente o petróleo e o gás. Essa grande mudança, ou "ruptura", precisa de uma diversificação real da economia que vá além da indústria de petróleo e de gás, que aumente o valor do trabalho produtivo e incentive e apóie iniciativas produtivas locais de maneira inclusiva. Requer a eliminação de todas as práticas exclusivas baseadas em gênero, idade, religião, etnia e afiliação econômica, social, regional e tribal, entre outras. A estabilidade futura dos países árabes exige a reforma e a modernização de seus sistemas políticos para, assim, permitir a participação de todos os componentes da população e uma verdadeira ruptura com a noção de um líder vitalício (président à vie), que dominou a cena política árabe durante o século XX. A outra ruptura institucional diz respeito à melhoria da eficiência das instituições políticas nacionais e à modernização e à profissionalização das instituições árabes regionais; estas precisam ser fortalecidas e ganhar autônomia em relação à política.

O "outro" futuro dos árabes envolve uma ruptura ou quebra com todas as atitudes, de modo a adotar novas estratégias baseadas na intensificação e valorização de iniciativas locais (individuais ou coletivas), a fim de criar "novos cidadãos" que participem da economia, da política e da sociedade. Essa participação requer a organização da sociedade civil por meio da criação de diferentes associações livres e autônomas, bem como o envolvimento contínuo de diferentes grupos de pessoas, como empresários, profissionais liberais (advogados, engenheiros, professores), estudantes, jovens, mulheres e instituições sociais, no desenvolvimento geral da sociedade. Também requer um debate mais geral sobre a elaboração de políticas nacionais. Isso não significa uma redução das competências do Estado, mas sim um maior envolvimento de parceiros não-governamentais, a fim de criar uma forma inclusiva de governança que fortaleça a relação entre governantes e governados.

Essa ruptura tanto no comportamento quanto no pensamento envolve, também, uma discussão responsável e corajosa sobre os tipos e os modos de governança e sobre o status das mulheres nos países árabes, a fim de evitar todas as formas de populismo. Da mesma forma, o lugar do Islã na sociedade deve ser discutido com calma na reafirmação de sua centralidade dentro do Estado.

O futuro dos países árabes até o final do século XXI não dependerá exclusivamente de rupturas e quebras institucionais e comportamentais: dependerá, também, de como os árabes vêem seu lugar, seu papel e sua função no mundo, tanto como nações quanto como uma região. Eles serão eternamente produtores apenas de petróleo e

gás e importadores de vários produtos de consumo úteis e não úteis? A região árabe será sempre uma região de conflitos e guerra, produzindo cada vez mais refugiados e excluídos? Ou os países árabes formarão uma região estável, sem conflitos e sem deslocados, com fortes proteções sociais e um sistema de educação e saúde? O que as novas gerações árabes produzirão em termos de indústria, medicina, tecnologia e ciência? Qual será a sua contribuição para o mundo?

A interação de diferentes rupturas e quebras institucionais e comportamentais deve ir de mãos dadas com o surgimento e a elaboração do novo papel e do lugar dos países árabes no mundo. Isso requer tanto instituições ou legislações especiais quanto a crença na possibilidade de outro mundo árabe possível. Aliás, tal poderia ser o ponto de partida de uma nova discussão interna do futuro que os árabes querem. Esse futuro não se limitará a reformas políticas improvisadas, reunificação ou união; mas terá como objetivo a elaboração de uma visão regional baseada nos interesses pragmáticos, fundamentais e comuns dos países árabes, na manutenção da estabilidade, na prevenção da guerra e na resolução de conflitos, prosperidade, segurança, intercâmbios inter-regionais e cooperação.

O futuro dos árabes, no final do século XXI, deve ser criado e planejado agora para que as futuras gerações herdem as bases de um Novo Mundo Árabe, bases que devem ser iniciadas e projetadas internamente, e não importadas ou projetadas artificialmente. Não será uma ruptura total ou uma quebra em relação a todas as realizações do passado; nos séculos passados, os países árabes experimentaram enormes mudanças e reagiram positivamente a eventos, e esses deveriam ser usados como uma fundação para a construção do futuro. O futuro tem que ser considerado como uma prioridade agora, a fim de evitar reproduzir as mesmas desventuras, frustrações e derrotas do passado e do presente, em particular com o crescimento e a multiplicação de desafios internos e externos no futuro próximo e distante.

As condições objetivas para o surgimento de um novo mundo árabe próspero, ao qual os árabes, mas também seus vizinhos e amigos, aspiram, são diversas. Onde rupturas e quebras são necessárias, elas devem ocorrer a partir do diálogo e da troca, e não por intermédio da violência e da exclusão. Esse é um dos desafios mais importantes, tanto para as gerações árabes presentes quanto para as futuras. Por essa razão, o futuro dos árabes deve ser uma preocupação prioritária de todos nós, atualmente, e não a preocupação de um único país isolado.

 $Contato\ com\ Abdelkader\ Latreche\ < \underline{ablatre@yahoo.fr} >$ 

### > Como o estigma limita as políticas:

#### catadores de lixo na África do Sul

Por Teresa Perez, Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul



Associação Sul-africana de Catadores de Lixo. Direitos autorais: SAWPA.

o mês passado eu terminei de empacotar minhas coisas para mudar de volta para o Reino Unido depois de sete anos na Cidade do Cabo. Coloquei o que eu não queria mais do lado de fora da casa e em apenas uma hora tudo havia sido levado. Catadores de lixo recolheram, separaram e venderam minhas coisas. Para mim, foi um modo rápido e conveniente de minimizar o lixo produzido, e ainda ajudar pessoas a gerar alguma renda. Mas, para alguns, eu havia sido irresponsável por atrair para a vizinhança moradores de rua que certamente gastariam o dinheiro obtido com álcool e substância ilegais. Grupos que vigiam a vizinhança diriam não ser surpreendente se houvesse um assalto a residência nas próximas semanas: os chamados "catadores de lixo", para eles, são os olhos e os ouvidos dos criminosos.

Essas atitudes polarizadas podem ser explicadas pela falha das políticas públicas em superar o estigma da atividade. Estereótipos negativos afetam a possibilidade de ela se tornar um "trabalho verde" ou de os catadores virem a se empregar na indústria da reciclagem. A expressão

"catador de lixo" tem conotações negativas, o que levou alguns a defenderem o uso de outras nomenclaturas, como "recuperadores." Minha utilização da expressão "catadores de lixo" ecoa o uso da South African Waste Pickers' Association (SAWPA) [Associação Sul-Africana de Catadores de Lixo] e da Global Alliance of Waste Pickers [Aliança Global dos Catadores de Lixo], que lutam por melhores condições de trabalho. Apesar de seus esforços, ainda não há um consenso sobre como os catadores de lixo poderiam ser apoiados.

#### > Política pública e imagem

A ambiguidade a respeito do trabalho de catador de lixo é exacerbada pela variedade de posições tomadas em distintos níveis de políticas públicas e nas diferentes regiões. A nível global, o trabalho dos catadores se enquadra na agenda de "Trabalho Decente" da Organização Internacional do Trabalho. Os catadores são considerados importantes para que se atinja os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Isso significa que eles são potenciais trabalhadores

da economia verde do Sul Global. Ao contrário de seus equivalentes no Norte Global, às vezes chamados de freegans ou mergulhadores de lata de lixo, os catadores não são alinhados a nenhum movimento ambientalista. Raramente são alguém que fez uma escolha ativa por esse modo de vida. Sua condição, ao contrário, é geralmente associada ao desespero. Essa imagem é significativa a nível nacional. Por um lado, os governos podem optar por métodos mais intensivos em trabalho para minimizar o lixo, o que empregaria mais catadores, mas isso costuma estar relacionado a altos índices de pobreza. Por outro lado, pode-se buscar soluções tecnológicas como a de transformar "lixo em energia", adotando métodos modernos utilizados na Europa, mas isso criaria menos empregos e os empregos criados não seriam ocupados pelas pessoas que atualmente trabalham como catadoras.

Em 2017 entrou em operação na Cidade do Cabo a primeira usina da África que transforma de lixo em energia em larga escala. Tendo em vista os apagões, frequentes à época em que escrevo este artigo, qualquer alternativa à empresa estatal (Eskom) parece atraente. Outro ponto positivo é que os trabalhadores da usina (cerca de 80) não terão que catar material em lixões insalubres. Ao contrário de outros governos locais que estimularam os catadores a formarem cooperativas, catar em lixões e aterros é proibido na Cidade do Cabo. Essa variação no contexto sulafricano é possível porque, embora a legislação nacional determine que os governos locais devam ter um plano de gestão do lixo, os meios para atingir as metas são deixados à discricionariedade dos poderes locais. Para as cidades que querem se tornar "cidades globais", ter uma imagem moderna é importante para atrair investimentos. Catadores de rua são removidos das regiões de negócios durante os preparativos para eventos importantes como a Copa do Mundo da FIFA. Apesar de permitido, catar lixo na rua é desencorajado pelas autoridades locais. Isso se deve em parte às reclamações dos moradores, especialmente em subúrbios historicamente "brancos" cujos moradores relacionam a sujeira ao crime.

#### > Percepções dos moradores

A expansão dos trabalhos verdes envolve participação pública. O sucesso de esquemas de coleta seletiva "de calçada" requer que os moradores separem seu lixo e não se incomodem que outras pessoas acessem e separem mais ainda seu lixo doméstico. No momento, os catadores lutam para se apresentar como potenciais trabalhadores e afirmar que propiciam um serviço público. Existe um ar de suspeita sobre quem são essas pessoas que saltam de lixeira em lixeira e quais são suas motivações. Os catadores podem se parecer muito com os mendigos. Chamados frequentemente de "bergies", assume-se que revirar o lixo é o último recurso de pessoas que perderam os laços familiares e de amizade, relações com as quais pessoas

"normais" poderiam contar em épocas de dificuldade. A aparência física dos catadores também pode passar a ideia de que não são confiáveis. Muitos têm tatuagens feitas na cadeia, cicatrizes e outras marcas que servem para desacreditá-los. Isso torna difícil para alguns deles se apresentarem como pessoas que conseguiram deixar o crime e encontrar um trabalho. Ao invés disso, eles acabam se tornando pessoas das quais os demais não conseguem se aproximar. A falta de interação significa que os moradores apoiam-se em outras fontes de informação para julgar os catadores.

Nos subúrbios ricos, as empresas de segurança privada alimentam o preconceito ao desaconselhar que se deixe materiais para os catadores; o que aumenta o medo do qual depende o negócio da segurança. Do mesmo modo, grupos de vizinhança não conseguem distinguir entre pessoas que estão tentando ganhar a vida e alguém que pode querer roubar uma casa. Moradores associaram-se a vereadores para criar patrulhas que agem de acordo com estereótipos de "raça", idade e gênero, marcando e expulsando qualquer um que seja considerado uma ameaça à segurança. Grupos de WhatsApp de vizinhos usam "BM" como código para Black Man (Homem Negro), rastreando os tipos de pessoas indesejáveis vistos nos bairros. Assim, os catadores precisam negociar e renegociar o tempo todo seu acesso ao lixo das ruas e residências. Do modo como as coisas estão, dificilmente os catadores poderão ser percebidos como potenciais trabalhadores e prestadores de um serviço público. A não ser por pequenos apoios governamentais em algumas regiões da África do Sul e pela ajuda de grupos de defesa de direitos, os catadores permanecem marginalizados. As políticas voltadas para ajudá-los a formarem coletivos ou se tornarem empregados, como se vê em alguns lugares da América do Sul, não chega a afetar pessoas que são tratadas, sobretudo, como um incômodo.

Exacerbado por políticas de escala global e local, o estigma é uma limitação para os catadores de lixo da África do Sul. Estereótipos inescapáveis e o desprezo histórico pelos trabalhadores informais (não-europeus) são fatores que os impedem de angariar apoio suficiente para participarem de fato da economia verde. Os catadores são vistos como andarilhos, alcoólatras ou drogados, incapazes de pensar racionalmente, e como uma ameaça à segurança nos subúrbios mais ricos. Sua atividade é vista como um modo atrasado, sujo e ineficiente de minimizar a produção de lixo. Essa negatividade persiste ainda devido às políticas que associam a presença de catadores de lixo à condição de país em desenvolvimento. Assim, em cidades ansiosas por atrair turismo e negócios, formas mecanizadas de reciclar tendem a ser mais desejadas que alternativas capazes de empregar mais pessoas.

Contato com Teresa Perez < tpz031@googlemail.com >

### > Mudanças climáticas: pequenos proprietários no Zimbábue

Por Christopher Mabeza, Universidade Aberta do Zimbábue, Zimbábue

clima global está mudando e isso está para além de qualquer dúvida. Os impactos da mudança climática estão sendo sentidos desproporcionalmente ao redor do globo e os habitantes do países em desenvolvimento sofrem as piores consequências. O Zimbábue não é exceção. Há rastros da mudança climática em toda a área rural do país. A maior variação na incidência de chuvas tem sido catastrófica para os pequenos proprietários, que sobrevivem de seca em seca enfrentando condições de vida cada vez mais precárias. As discussões tendem a ignorar o papel dos pequenos proprietários como linha de frente na crise climática. Na esteira dessa ameaça existencial, os pequenos proprietários rurais desenvolveram estratégias de adaptação impressionantes. Mas, tragicamente, suas inovações costumam ser desprezadas por perspectivas que torcem o nariz para a função crítica desempenhada pelas inovações locais. Muitas políticas públicas só conseguem pensar na transferência de tecnologia como solução para os problemas causados pelas mudanças climáticas. Aqui, argumento que as estratégias dos pequenos proprietários são críticas para o desenvolvimento rural nesse contexto.

A experimentação está no cerne das iniciativas dos pequenos fazendeiros do Zimbábue rural. Tais iniciativas são grandes provas de sua tenacidade, inclusive porque muitas vezes inovar é arriscado. Mas essas estratégias não constituem uma panaceia para suas condições precárias de existência. São, mais precisamente, uma combinação de ajustes parciais para se adaptar. Isso deixa claro que não há uma única solução, mas múltiplas soluções trabalhando juntas para lidar com os impactos da mudança climática.

Os Shona do Zimbábue adaptam-se à variação climática desde tempos imemoriais. Eles são o maior grupo étnico do país. Orgulham-se de trabalharem duro e não tolerarem a preguiça. Sua alimentação depende basicamente da lavoura, que por sua vez depende da chuva. Entre eles, há indivíduos que se tornaram especialistas em cultivar a terra adaptando-se a um meio ambiente em transformação. Esses hábeis lavradores são conhecidos localmente como hurudza. Em alguns casos, são chamados ainda de mutambanevhu (aquele que "joga" com o solo). Eles são experimentadores implacáveis. A maioria de suas inovações relaciona-se à conservação da água.

Coletar a água tem se tornado uma opção viável para os fazendeiros, permitindo-lhes adaptarem-se à crescente variabilidade na incidência de chuvas. Na região, dizse que a água vem rápido e vai-se embora rápido. No Zimbábue rural, um fazendeiro reconhecido mundialmente como coletor de água, o falecido Zephanaih Phiri, ganhou um prêmio da National Geographic por suas habilidades. Um reservatório construído por ele perto de sua casa chegou a formar uma cascata. Ele dizia: "Eu caso a água e o solo para eles não fugirem e começarem uma família no meu lote". Suas inovações preveniam a erosão do solo, garantindo que ele recuperasse a maior parte da água da chuva para usá-la na irrigação de suas plantações. A maioria dos pequenos fazendeiros coleta a água pluvial e a canaliza para pequenas represas que eles construíram perto de suas casas (ver Figura 1). Eles a utilizam para cultivar hortaliças que podem ser vendidas. Alguns, que chamam a si mesmos "matadores da erosão", constroem um muro ao longo de um barranco, convertendo-o numa pequena represa que também é utilizada para fazer hortas (ver Figura 2). Ao fazer isso, detêm a erosão dos barrancos.

Em algumas áreas rurais do Zimbábue, organizações não-governamentais lançaram projetos de Agricultura Sustentável para ajudar os fazendeiros a se adaptarem à mudança climática. A Agricultura Sustentável baseiase na alteração mínima do solo e na conservação da água. A maioria dos agricultores que a pratica usa grama como cobertura vegetal (ver Figura 3). Alguns deles, especialmente inovadores, usam latas velhas para fazer



1. Uma pequena barragem no terreno de um pequeno agricultor. A água é usada para regar sua cultura de tomate no fundo.



2. Esta pequena barragem é um produto de "morte por erosão".

medidores de chuva (ver Figura 4). Utilizando esses instrumentos improvisados, eles mantêm um registro das chuvas.

A crescente variação climática no Zimbábue rural levou ao surgimento de um novo fenômeno, uma "revolução azul". Trata-se da criação de peixes. A piscicultura é "mais verde" que a pecuária, no sentido de que emite menos gases do efeito estufa. É intrigante ver que a piscicultura está se tornando uma atividade importante em algumas



3. A grama é usada por esses agricultores para cobrir o solo



4. Um fazendeiro praticando a agricultura de conservação (CA) em Shurugwi com um pluviômetro improvisado feito de uma lata vazia.

partes do país. Pequenos proprietários vêm construindo açudes próximo de suas casas (ver Figura 5).

Outros estão criando galinhas soltas, ou o que eu prefiro chamar "galinhas sem fronteiras". Isso se tornou uma adaptação popular entre muitos lavradores que viram oportunidade na adversidade. Eles perceberam que o único modo efetivo de responder à mudança é procurar as oportunidades. Alguns agricultores chegam a criar 2.000 "galinhas sem fronteiras". Eles as vendem nas cidades vizinhas e especialmente na capital Harare, onde a demanda por galinhas orgânicas é enorme. O negócio é promissor e os lavradores querem aumentar suas criações.



5. O viveiro de peixes de um pequeno agricultor.



6. Minhocas Mopani (amacimbi).

Proprietários mais audaciosos estão diversificando suas opções de sustento. Eles coletam recursos da floresta, como as lagartas *mopane*, conhecidas localmente como amacimbi (ver Figura 6). As *amacimbi* são uma iguaria e têm mercado garantido. A renda é utilizada para comprar comida e pagar a escola das crianças.

Os pequenos lavradores estão desempenhando um papel crítico no discurso sobre a adaptação à mudança climática. Eles conhecem seu meio ambiente melhor que qualquer especialista em políticas públicas. São repositórios fundamentais de conhecimentos, que podem ser utilizados para ajudar comunidades inteiras a se adaptarem. Está ao alcance dos formuladores de políticas aproveitar as inovações dos pequenos agricultores.

Fotos: Christopher Mabeza. Contato com Christopher Mabeza < <a href="mailto:cmmabezah@gmail.com">cmmabezah@gmail.com</a>>

## > Erik Olin Wright: um utópico real¹

Por Michael Burawoy, Universidade da Califórnia, Berkeley, EUA



Erik Olin Wright falando sobre seu conceito de "Utopias Reais". Rosa-Luxemburg-Stiftung / Flickr. Alguns direitos reservados.

uando foi que começou? É difícil dizer. O próprio Erik gostava de traçar seu interesse por utopias até a época em que era estudante do seminário Unitarista-Universalista em Berkeley, o que lhe permitiu evitar o recrutamento militar. Ele organizou um seminário estudantil chamado "Utopia e Revolução" para discutir as possibilidades de mudança revolucionária da sociedade americana. E depois trabalhou como estudante-capelão na prisão de San Quentin, junto a uma organização ativista dedicada à reforma prisional.

Isso o preparou bem para ser um estudante de pósgraduação em Berkeley no início dos anos 70, quando se tornou uma figura de proa do projeto intelectual daquela época: reinventar a sociologia como uma disciplina marxista. Assim, a tese de Erik desafiou a sociologia mainstream em bases científicas, e não ideológicas. Ele demonstrou que uma definição marxista reconstruída de classe social poderia explicar as disparidades de renda melhor do que os modelos de estratificação existentes e que a teoria do capital humano.

Ao mesmo tempo em que desafiava a sociologia, Erik estava reinventando o marxismo. A classe média sempre havia sido um calo no pé do marxismo – supostamente deveria se dissolver, mas parecia estar aumentando. Junto com Luca Perrone, Erik resolveu o problema ao introduzir o conceito de "posições de classe contraditórias". Havia três dessas posições: pequenos empregadores entre a pequena burguesia e o grande capital; supervisores e gerentes entre o capital e os assalariados; e empregados semiautônomos entre os assalariados e a pequena burguesia.

Ao assumir a posição de professor assistente na Universidade de Wisconsin-Madison em 1976, Erik começou a desenvolver um programa de pesquisa centrado na análise de classes. Como as enquetes existentes não haviam sido desenhadas para mapear suas novas

categorias, ele realizou sua própria pesquisa nacional, pensada para capturá-las. Naquela era de ascendência do marxismo, suas ideias se espalharam e rapidamente ele organizou equipes em uma dezena de outros países, fazendo pesquisas de campo paralelas.

Se há um fio condutor em seu trabalho acadêmico – e na verdade em sua vida – é a determinação de compreender as coisas corretamente. Isso não apenas o levou a estabelecer um diálogo próximo entre elaboração teórica e pesquisa empírica, mas também a aprofundar a lógica interna de seus esquemas analíticos. É possível traçar a evolução de seu pensamento através de seus livros, começando por Class, Crisis and the State (1978) [publicado em português como Classe, Crise e o Estado, 1981), seguido pela publicação de sua tese, Class Structure and Income Determination (1979) [Estrutura de Classe e Determinação da Renda], chegando à mudança profunda que acompanhou a adoção da noção de exploração de John Roemer em Classes (1985) e sua resposta aos críticos em The Debate on Classes (1989) [O Debate sobre Classes].

Em 1981, Erik juntou-se a um grupo de cientistas sociais e filósofos brilhantes, dos quais os que mais o influenciaram foram os filósofos G. A. Cohen e Philippe van Parijs, bem como o economista John Roemer. Eles se tornaram os pioneiros do "marxismo analítico", conhecido coloquialmente como "marxismo sem baboseira", esclarecendo os fundamentos do marxismo por meio da crítica severa aos trabalhos uns dos outros.

Embora desde o princípio o marxismo tenha tido alergia ao pensamento utópico, depois de 1989 era precisamente utopia o que a conjuntura política exigia. Erik topou o desafio. Contestando diretamente o sentimento do novo conservadorismo, ele defendeu uma agenda socialista empenhada em criar alternativas para o capitalismo, mas que buscava também descobrir suas sementes no interior da própria sociedade capitalista.

O novo projeto começou em 1991, no mesmo ano em que a União Soviética desmoronou. Erik inaugurou uma série de conferências para debater "utopias reais" – não algum mundo ideal especulativo, mas alternativas reais que pudessem ser encontradas em sociedades

realmente existentes. Os assuntos da conferência incluíam democracia associativa, socialismo de mercado, democracia participativa, renda universal e igualdade de gênero. Os papers da conferência foram publicados numa série de livros organizada por Erik, culminando em sua própria obra-prima, *Envisioning Real Utopias* [Vislumbrando Utopias Reais].

Erik estava devolvendo a sociologia a seus fundadores – Marx, Durkheim e Weber –, os quais tinham menos receio de construir suas arquiteturas teóricas sobre valores morais do que os profissionais de hoje. Erik tornava isso explícito ao definir o projeto da sociologia como sendo o de compreender as possibilidades institucionais para realizar esses valores.

Em seus últimos anos de vida, Erik descobriu que essas utopias reais eram muito atraentes para os ativistas. Ele passou muito tempo viajando pelo mundo para falar para grupos profundamente interessados em colocar seu marco ideológico-intelectual a serviço de variados projetos. Então ele resolveu dar uma forma acessível a Envisioning Real Utopias, removendo o jargão acadêmico e criando um manual de anticapitalismo que ele chamou com propriedade de How to Be an Anti-Capitalist in the 21st Century [Como Ser um Anticapitalista no Século XXI].

Aqueles que estão nas trincheiras da sociedade civil se empolgaram com essa mensagem positiva. Viram um intelectual prestando tributo a seu trabalho quase sempre invisível, contestando o capitalismo a todo custo, aguentando insultos e represálias.

Erik nos deixou tanto um modo de pensar como um modo de ser. Vou ser contundente. Não conheço ninguém que pensasse de maneira mais lúcida, convincente, rápida e aparentemente sem esforço do que Erik; ninguém que fosse tão direto ao ponto sobre qual o cerne de qualquer questão, qualquer texto, qualquer livro. Não podemos ser como ele, mas podemos nos inspirar naquilo que ele fez , podemos seguir suas pegadas e guiarmo-nos por seu mapa, modificando-o conforme avançamos.

<sup>1.</sup> Esta é uma versão reduzida de um artigo publicado na revista *Jacobin* em janeiro de 2019. O original pode ser lido aqui.

## > Recordando Erik Olin Wright

Por Michelle Williams, Universidade de Witswatersrand, África do Sul

ou uma das muitas pessoas que pôde contar com Erik Olin Wright como mentor, colaborador, amigo e companheiro de viagem. Muitas homenagens focaram em sua enorme contribuição intelectual, sua capacidade lendária de orientação, seu envolvimento e compromisso ao buscar alternativas ao capitalismo e sua contribuição para o marxismo. Eu também conheci essas facetas do Erik, mas aqui quero enfatizar minhas experiências pessoais com Erik, o humanista, e seus interesses peculiares, sua imaginação fértil e sua paixão pelo lado criativo das pessoas.

Encontrei Erik pela primeira vez no fim de 1990 durante uma de suas visitas anuais a seu grande amigo Michael Burawoy, meu orientador (eu estava fazendo pós-graduação em Berkeley). Em uma de nossas primeiras conversas, Erik me disse "Você sabe que sou seu tio." E eu respondi "Mesmo? Não saguei." Ele então explicou que que Michael era meu pai acadêmico e seu irmão, o que fazia de Erik meu tio. Eu senti imediatamente que aquele era o jeito dele de me incorporar a seu mundo, e mais tarde percebi como aquilo capturava bem seu modo de abraçar os outros como parte de sua família - ele sempre encontrava modos de incluir as pessoas em sua enorme rede, muitas vezes por meio de um parentesco fictício. Desde então, Erik sempre agiu como um tio - seja ao explicar a diferença entre construção de teoria e construção de conceitos, ou em nossas longas discussões sobre os impulsos democráticos dos partidos comunistas da África do Sul e de Querala, em debates sobre o que torna uma iniciativa anti-capitalista, ao comentar sobre nossos livros favoritos, ao assistir a peças de teatro (ele adorava as peças políticas da África do Sul), ou ainda ao discutir receitas e como adaptar seu famoso Coq au Vin para torná-lo vegetariano (o que ele chamava de Coqless Coq au Vin - a respeito do qual eu era muito cética até prová-lo!) Erik sempre se envolvia com paixão e alegria. Suas visitas anuais a Berkeley eram sempre um momento de êxtase para os alunos de Michael porque Erik cozinhava uma refeição fabulosa e nos convidava para o apartamento de Michael (durante o resto do ano, sempre tínhamos que levar comida aos nossos encontros porque Michael não cozinha).

Minha ligação com Erik aprofundou-se na esteira de nosso compromisso comum com a busca de alternativas anticapitalistas, sobretudo relacionadas a cooperativas e à economia solidária, que explorei com meu parceiro Vishwas

Satgar. Concordávamos quanto à importância de pensar alternativas reais, mas nem sempre concordávamos com relação aos detalhes - eu frequentemente discordava de sua abordagem radicalmente analítica, e buscava introduzir ideias relacionadas à cultura, à importância do sentido e que levassem em conta a simples confusão que é a realidade. Nessas discussões, Erik nunca mostrou qualquer frustração ou desprazer, mas, ao contrário, adorava perseguir as ideias, às vezes chegando a dar a impressão de que não discordava de mim, mesmo não concordando. Ele também era generoso - sei de pelo menos duas ocasiões em que ele escreveu aos autores -Rohinton Mistry e Zakes Mda - para agradecê-los por seu trabalho de ficção política. Quando assistiu a peça de Mda, The Dying Screams of the Moon [Os Gritos Derradeiros da Lua], durante uma de suas visitas a Johanesburgo, quase chorou e disse que foi a melhor peça que já vira.

#### <sup>66</sup> Erik foi sempre a pessoa avuncular, uma pessoa apaixonada e humanista, e foi também um dos sociólogos e marxistas mais importantes de nossa época<sup>99</sup>

Embora tenha conhecido Erik em Berkeley, nos vinte anos desde aquele primeiro encontro, a maior parte de nossa amizade se desenrolou em viagens a lugares distantes: Querala, Barcelona, Gotemburgo, Buenos Aires, Pádua e em suas três visitas à África do Sul. Nosso primeiro encontro longínquo foi em 2000, em Querala, na Índia (eu estava apenas começando minha pesquisa de campo por lá). Foi em Querala que descobri que Erik se relacionava com pessoas de todas as idades em todos os lugares: certa vez, ele cantou "She'll be coming down the mountain" [Ela virá descendo a montanha], arrancando risadas de um grupo de estudantes numa aldeia rural da região montanhosa de Querala. Acho que meu encontro favorito foi quando Michael e Erik estavam em Johanesburgo. Em um jantar a três, tive a enorme sorte de assisti-los num debate sobre marxismo que durou mais de hora. Não apenas o conteúdo da discussão era interessante, mas o modo como debatiam era extraordinariamente engraçado. A tranquilidade de Erik era tão profunda! Na verdade, seu humor não parecia ser afetado por nada (incluindo privação de sono, desconforto ou compromissos exaustivos). De minha experiência, Erik foi sempre a pessoa avuncular, uma pessoa apaixonada e humanista, e foi também um dos sociólogos e marxistas mais importantes de nossa época. Hambe Kahle Erik!

## > Relacionando gênero e desigualdade: uma introdução

Por **Birgit Riegraf**, Universidade de Paderborn, Alemanha, e membro do Comitê de Pesquisa sobre Mulheres, Gênero e Sociedade da ISA (RC32), **Lina Abirafeh**, Universidade Americana do Líbano, Líbano e **Kadri Aavik**, Universidade de Tallinn, Estônia, e Universidade de Helsinki, Finlândia









Alcançar a igualdade não é um assunto pessoal ou privado. Ela precisa ser tratada em um nível estrutural, político, social e econômico. Foto: Nguyen Hai Ha / Flickr. Alguns direitos reservados.

ênero e desigualdade social são temas chave de análise para a sociologia, para os estudos de gênero e um sem-número de outras disciplinas. Uma descoberta comum desses campos de pesquisa é que as mulheres compõem grande parte dos pobres e marginalizados em todo o mundo. De acordo com o Relatório de Desigualdades de Gênero 2018 do Banco Mundial, levaria 202 anos para equalizar as diferenças de gênero a nível mundial.

As desigualdades econômicas assumem muitas formas. Por exemplo, segundo o Relatório de Desigualdades de Gênero 2018, as mulheres podem possuir terras em apenas 41% dos países pesquisados. Em âmbito profissional, apenas 34% das posições gerenciais são ocupadas por mulheres. O papel das mulheres na economia informal é outro desafio marcado pelo gênero. As mulheres compõem a maioria da economia informal e dispendem duas vezes mais tempo em atividades não-remuneradas do que os homens. Como a economia informal é desregulamentada, as mulheres ficam especialmente vulneráveis à exploração e ao abuso. Muitas dessas estatísticas poderiam ser melhoradas por

meio de políticas públicas. As próprias mulheres seriam as representantes ideias de seus interesses, mas elas continuam sub-representadas na política. Dos 149 países pesquisados no relatório, apenas 17 têm, atualmente, mulheress como chefes de Estado. Além disso, apenas 18% dos ministros e 24% dos parlamentares em todo o mundo são mulheres.

Apesar de grandes progressos na direção da igualdade de gênero em alguns países, ainda há diferenças significativas em termos de oportunidades para as mulheres, atravessadas pelas complexidades de suas identidades interseccionais, como de raça, classe, sexualidade e outras. Enquanto algumas mulheres mais privilegiadas se beneficiam do progresso, outras continuam a viver em condições precárias. Mesmo no interior dos países, as diferenças entre as mulheres de acordo com suas heranças sociais e culturais estão aumentando. Essas diferenças têm impacto significativo sobre a seguridade social e as oportunidades para as mulheres. Por exemplo, de acordo com dados da UNICEF, os Estados Unidos têm uma taxa de mortalidade relativamente baixa, figurando em 54° entre

os 182 países pesquisados. Mas, ao mesmo tempo, a taxa de mortalidade materna para as mulheres negras é mais que o triplo que a das mulheres brancas, de acordo com dados do <u>Centers for Disease Control and Prevention</u>.

Embora muitos países continuem a progredir, os ritmos são variados. O Relatório de Desigualdades de Gênero situa o Oriente Médio e o Norte da África como apresentando as maiores diferenças de gênero, mas suas taxas de melhora são melhores que as da América do Norte. Estima-se que o Sul da Ásia consiga equalizar as principais diferenças de gênero em 70 anos – quase um século antes da América do Norte, o Oriente Médio e o Norte da África. Quando examinamos a região com mais cuidado contudo, somos obrigados a questionar se essa estatística faz qualquer sentido para as mulheres Rohingya de Myanmar, que vivem em condições extremamente precárias devido à política atual de "limpeza" étnica. Dados como esses levam a questionar como definimos e medimos o progresso em direção à igualdade racial.

As contribuições deste volume do *Diálogo Global* iluminam as consideráveis diferenças socioespaciais que moldam as desigualdades sociais e de gênero. O objetivo dos artigos é apresentar um ponto de partida para essas distintas dinâmicas e abrir espaço para aprofundar as pesquisas e discussões, idealmente com implicações positivas para a vida das mulheres.

Liisa Husu abre essas considerações observando que, apesar dos grandes avanços que as mulheres conquistaram no acesso à educação superior em todo o mundo, persiste a tendência de que quanto mais alta a posição, menos mulheres. Em seu artigo "Desafios de gênero no financiamento à Pesquisa" ela discute as implicações da sub-representação da perspectiva dos países europeus e nórdicos.

Blanka Nyklová esboça, em "Desafiando a igualdade de gênero na República Tcheca", como a ideologia neoliberal e as atitudes conservadoras moldam a desigualdade social e de gênero na Europa Central, com foco na República

Tcheca. Ela usa o conceito de emancipação distorcida para enfatizar os privilégios auferidos por algumas mulheres em detrimento de outras.

Em "Persistência e mudança: desigualdade de gênero nos EUA", Margaret Abraham mostra que êxitos na luta pela igualdade nos Estados Unidos coincidiram com retrocessos. Elas afirma que essas conquistas não são auto-evidentes e que precisamos avançar em nossa ação bem como na análise sociológica.

Lina Abirafeh examina as desigualdades de gênero no contexto árabe em seu artigo "Gênero e desigualdade na região árabe". A região sofre há muito com a insegurança política e econômica, que se somam aos obstáculos socioculturais de um sistema patriarcal. Essa combinação tóxica paralisou – e, em muitos casos, reverteu – os avanços em direção à igualdade de gênero. Não haverá paz ou prosperidade enquanto não houver igualdade para as mulheres árabes.

O artigo de Nicola Piper intitulado "Trabalho e desigualdade de gênero no contexto asiático" nota que os grandes movimentos populacionais se tornaram o foco dos pesquisadores, os quais descobriram que as mulheres migrantes se concentram no setores econômicos destituídos de direitos e proteção. Os desafios e as desigualdades desse problema estão no cerne da desigualdade de gênero na região.

Em "IPSP: Progresso social, algumas reflexões sobre gênero", Jeff Hearn reflete sobre o processo e os resultados do relatório do *International Panel on Social Progress* (IPSP) [Painel Internacional sobre Progresso Social]. Ele foca nas recomendações do relatório e em como o gênero deveria ser concebido.

Contato com:

Birgit Riegraf < birgitt.riegraf@uni-paderborn.de >
Lina Abirafeh < lina.abirafeh@lau.edu >
Kadri Aavik < kadri.aavik@tlu.ee >

## > Desafios de gênero

#### no financiamento à pesquisa

Por **Liisa Husu**, Hanken School of Economics, Finlândia, e Universidade de Örebro, Suécia, membro da direção do Comitê de Pesquisa sobre Sociologia da Ciência e da Tecnologia (RC23) e membro do Comitê de Pesquisa sobre Mulheres, Gênero e Sociedade (RC32) da ISA.

desigualdade de gênero na academia e nas carreiras de pesquisa é uma preocupação global persistente. Apenas um terço dos pesquisadores são mulheres, tanto a nível global quanto na Europa. Permanece o padrão arraigado de que quanto mais alta a posição, menos mulheres. Isso ocorre apesar dos grandes avanços que as mulheres conquistaram no ensino superior em todo o mundo. A grande maioria dos professores são homens e o ritmo da mudança em direção a corpos docentes mais equilibrados, em termos de gênero, é lento, como indicam as estatísticas mais recentes para a Europa e os países nórdicos.

#### > O financiamento à pesquisa é neutro?

O acesso ao financiamento à pesquisa é um tema chave para o avanço na carreira de pesquisador, tanto para homens quanto para mulheres. Na maioria dos países, trata-se de obter financiamento de fontes externas, quase sempre em contexto altamente competitivo. As pesquisas sobre a dinâmica de gênero do financiamento à pesquisa não concluiu que as mulheres teriam taxas menores de sucesso na obtenção de financiamento, mas, ao invés disso, mostrou um quadro complexo, que compreende muitos desafios de gênero. Eles dizem respeito aos pesquisadores individuais, aos grupos de pesquisa e universidades, às organizações financiadoras, ao conteúdo das pesquisas e às políticas de pesquisa. Esses desafios podem ser traçados à alocação de recursos, aos decisores, aos revisores, à gestão, políticas e práticas das organizações financiadoras, e ainda à própria definição de excelência, bem como a quem define o que e quem atinge os padrões de excelência. Pesquisas recentes sobre gênero e financiamento enfatizaram a necessidade de examinar criticamente todo o ciclo de financiamento à pesquisa.

Uma compreensão mais ampla da dinâmica de gênero no financiamento à pesquisa precisa incluir todo o ciclo de financiamento, analisando potenciais padrões de gênero: no comportamento de envio de propostas (quem se inscreve), no grupo de inscritos (quem se qualifica), na composição dos grupos de pesquisa, nos instrumentos de financiamento, nas chamadas de propostas, nos editais, nos critérios de qualificação (idade ou posição), nos critérios e procedimentos de avaliação, nos possíveis vieses de avaliação, no recrutamento de revisores, no processo de revisão por pares, nas taxas de sucesso, nas quantidades de recursos solicitados e concedidos, no conteúdos das pesquisas, nas políticas específicas das instituições financiadoras para a igualdade de gênero, na transparência dos sistemas de financiamento, no monitoramento e disponibilidade das estatísticas por gênero e no impacto da obtenção de financiamento sobre a carreira dos pesquisadores, a longo prazo.

Devem ser objeto de atenção especial os chamados instrumentos de financiamento de excelência: centros de excelência, diferentes inciativas de excelência, cátedras especiais e coisas do tipo. Vários estudos e monitoramentos recentes mostraram que frequentemente essas iniciativas beneficiaram mais os pesquisadores homens do que as mulheres, mesmo em países com bons níveis de igualdade de gênero, como a Suécia.

As redes de contatos acadêmicos, formais e informais, têm papel importante na busca por financiamento. Em muitas áreas, o financiamento à pesquisa é cada vez mais um empreendimento de grupo, e não individual. Nesse contexto, pesquisas sobre padrões de gênero na formação de redes acadêmicas e na integração a ambientes de pesquisa são altamente relevantes.

#### A vontade política ou sua falta são fatores importantes para compreendermos como as instituições públicas de apoio à pesquisa priorizam a igualdade de gênero e os desafios de gênero em suas políticas"

#### > A experiência europeia

O financiamento à pesquisa é um problema chave para as políticas científicas nacionais e regionais. Ao nível da União Europeia (UE) e em alguns de seus países, a relação entre gênero e financiamento à pesquisa tem sido problematizada desde o final dos anos 1990 ou início dos anos 2000. As políticas de financiamento à pesquisa da UE tem sido organizadas como "marcos de referência" desde meados dos anos 1980. O primeiro deles, notavelmente, ignorava as ciências sociais, exceto como complemento ao desenvolvimento tecnológico, e não considerava o gênero. Apenas a partir do quarto desses programas (1994-1998), foi incluído financiamento para as ciências sociais e questões de gênero começaram a aparecer na agenda. Um alargamento gradual ocorreu a partir do final dos anos 1990, começando por considerar "mulheres na ciência" para apenas mais tarde examinar o gênero na ciência, incluindo dimensões de gênero no conteúdos das pesquisas, além do foco mais tradicional sobre o equilíbrio de gênero entre pesquisadores e grupos de pesquisa, bem como entre tomadores de decisão e avaliadores. Na European Research Area (ERA), a igualdade de gênero é uma das cinco prioridades. Ela diz respeito a três temas: equilíbrio de gênero nas equipes de pesquisa, equilíbrio entre avaliadores e dimensões de gênero no conteúdo das pesquisas.

Otrabalho de formulação de políticas para a Europa ensejou a realização, em 2009, da primeira revisão sistemática sobre gênero e financiamento à pesquisa, abrangendo 33 países. Foi encontrada grande variedade em como questões de gênero eram tratadas nas políticas nacionais de financiamento e pelas agências financiadoras, indo desde a "inatividade relativa" de muitos países, que mal monitoram a variável gênero no financiamento à pesquisa, até várias medidas proativas, incluindo monitoramento e ações concretas para promover a igualdade de gênero no sistema nacional de financiamento, caso dos países nórdicos.

O carro-chefe da pesquisa na Europa, o *European Research Council* (ERC) [Conselho Europeu de Pesquisa], foi fundado em 2007 para apoiar projetos de excelência de pesquisadores de qualquer disciplina em qualquer país, com um orçamento de 13,1 bilhões de euros para o

período 2014-2020. Contudo, apesar da preocupação com questões de gênero na política de apoio à pesquisa a nível europeu, no início o ERC não tinha a igualdade de gênero entre seus princípios de atuação. Quando o ERC finalmente começou a monitorar seus resultados por gênero, os números mostraram que entre 2007 e 2013 a taxa de sucesso dos homens foi de 30% e a das mulheres, 25%, para bolsas de nível iniciante, enquanto para bolsas de pesquisa avançada, as taxas eram de 15% para os homens e 13% para as mulheres. Somente em um campo não havia diferença no nível das bolsas iniciantes: as ciências físicas e de engenharia, uma área de pesquisa dominada por homens. Diferenças claras nas taxas de sucesso em favor dos homens foram encontradas em campos nos quais há tradicionalmente muitas mulheres, como as ciências da vida e as ciências humanas e sociais.

A vontade política ou sua falta são fatores importantes para compreendermos como as instituições públicas de apoio à pesquisa priorizam a igualdade de gênero e os desafios de gênero em suas políticas. Por exemplo, as sociedades nórdicas são bem avaliadas nas comparações internacionais de igualdade de gênero, mas também em rankings globais de inovação. A igualdade de gênero é aspecto importante das políticas científicas, especialmente na Noruega e na Suécia. Na Suécia, instituições públicas de financiamento, como o Conselho de Pesquisa da Suécia e a agência nacional de inovação Vinnova, têm diretrizes de gênero para guiar suas atividades. Ao monitorar a situação, as instituições suecas não usam apenas estatísticas, mas também ferramentas qualitativas das ciências sociais como observadores de gênero nos encontros dos comitês de financiamento.

O equilíbrio de gênero nas diretorias das instituições de financiamento é uma realidade desde o início dos anos 2000 na Finlândia, Noruega e Suécia, enquanto em muitos países europeus as diretorias continuam sendo dominadas por homens. O equilíbrio de gênero nessas instâncias não é apenas uma questão de representação igualitária e de justiça; ele também é importante porque oferece conhecimento privilegiado sobre como o sistema de financiamento funciona e porque alavanca as redes de colaboração científica das pessoas envolvidas.

Contato com Liisa Husu < liisa.husu@oru.se >

## > Desafiando a igualdade de gênero na República Tcheca

Por **Blanka Nyklová**, Instituto de Sociologia da Academia Tcheca de Ciências, República Tcheca

ste ano celebra-se 30 anos desde o levantamento da Cortina de Ferro na semiperiferia da Europa, ou 30 anos de neoliberalização desigual, saudada como o único caminho possível para a democracia. A ascensão da democracia foi vista como uma mudança para a meritocracia, apagando antigas estruturas de poder baseadas na filiação ao Partido Comunista. A mídia do período mostra que a meritocracia, que justifica a desigualdade daqueles vistos como sem méritos por motivos pessoais, foi aplaudida com muito entusiasmo por permitir o salto em direção ao centro geopolítico. No entanto, a República Tcheca é atualmente dirigida por um primeiro-ministro oligárquico que era agente secreto antes de 1989 e que, como a maioria dos bilionários tchecos, conseguiu traduzir sua privilegiada posição pré-1989 em poder econômico através do processo de privatização. Ao mesmo tempo, quase um décimo da população encontrase em uma espiral de endividamento devido à legislação intencionalmente prejudicial, com cerca de 70.000 pessoas sem-teto e mais 120.000 enfrentando a perda de sua casa. Aqui, eu delineio algumas das consequências da racionalidade política que sustenta a neoliberalização para a desigualdade social / de gênero nos países do Grupo Central Europeu de Visegrad, com um foco específico na República Tcheca. Usando o destino da disciplina de estudos de gênero, exploro ainda mais o impacto dessa racionalidade quando aplicada a questões de igualdade e justiça.

O neoliberalismo se tornou um atalho conceitual que explica as causas da desigualdade, incluindo a desigualdade de gênero, no mundo globalizado de hoje. Como tal, o neoliberalismo é entendido como um retorno ao livre mercado como determinante final de todos os aspectos da vida. Os teóricos críticos tentaram contrariar essa simplificação examinando seu funcionamento em áreas interconectadas. Em 1998, o antropólogo francês Pierre Bourdieu associou o neoliberalismo à destruição de coletivos e à atomização tóxica da força de trabalho, o que corroeu a capacidade dos indivíduos de resistir às forças do capital global. Por quase duas décadas, a teórica cultural

britânica Angela McRobbie concentrou-se em como as representações culturais do empoderamento econômico baseadas na abordagem da vida como projeto - como no personagem literário e cinematográfico Bridget Jones - impactam a vida de mulheres jovens que se identificam com ela. A teórica política norte-americana Wendy Brown concentrou-se nos efeitos da lógica de mercado não apenas na dimensão econômica da vida social, mas, mais importante, na racionalidade política das instituições democráticas.

#### Neoliberalização e gênero nos países de Visegrad

Os autores acima usam exemplos concretos, mas eles são frequentemente tratados como oferecendo uma teoria universalmente válida do neoliberalismo, levando a apelos por um estudo contextualizado do fenômeno. Os países da Europa Central do Grupo de Visegrad fornecem um laboratório para observar as consequências da implementação diferenciada das instruções de organizações como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial para facilitar a democratização. Especialmente depois de 2000, os estudos críticos da neoliberalização em sua forma geopoliticamente contingente cresceram em número. Análises da desigualdade de gênero e sua transformação mostram que o moderno projeto de emancipação resultou no que Zuzana Uhde chama de "emancipação distorcida", uma situação em que o empoderamento de certos grupos de mulheres vem às custas de outras mulheres, através da mercantilização de esferas que outrora estavam fora do mercado, como o cuidado. A emancipação distorcida não é apenas incompleta, mas promove novas injustiças e não pode ser combatida sem compreender o papel fundamental desempenhado pelo capitalismo em sustentá-la.

Na República Tcheca, as mulheres constituem cerca de 20% dos membros do parlamento; a disparidade salarial entre homens e mulheres persiste em 22% e, em geral, em 10% para a mesma posição na mesma empresa; as mulheres cumprem 98,5% das tarefas de cuidado dos filhos, o que representa uma das mais longas licenças



maternidades da Europa; e as famílias monoparentais são chefiadas pelas mães em 90% dos casos. As mulheres enfrentam níveis crescentes de instabilidade econômica desde 1989 e são desproporcionalmente mais propensas a serem ameaçadas pela pobreza; as mulheres idosas enfrentam riscos mais altos de pobreza, com a desigualdade econômica e social exacerbada em regiões específicas do país e pelo status de etnia / migrante. Mais importante ainda, a cultura de gênero na República Tcheca e nos países do Grupo de Visegrad, em geral, é marcada pelo conservadorismo e pelo sexismo, permitindo que a emancipação distorcida não seja contestada; a emancipação das mulheres e os esforços para aumentála são até mesmo culpados por alguns dos problemas econômicos da região.

Estudiosos especializados em estudos de gênero demonstraram como o conservadorismo nas relações de gênero e a neoliberalização se sustentaram mutuamente. Radka Dudová e Hana Hašková mostram que as políticas de licença parental depois de 1989 foram apenas uma extensão daquelas projetadas antes de 1989 como parte das políticas de refamilização. Libora Oates-Indruchová e Hana Havelková se concentram na contribuição não reconhecida do movimento feminista e de mulheres para algumas políticas emancipatórias da era comunista, enquanto Kateřina Lišková mostra como um duplo padrão em torno da sexualidade foi reintroduzido no discurso médico do final da década de 1960 e prevaleceu desde então. Nenhuma dessas contribuições teria sido possível sem a proliferação de estudos de gênero e teorias feministas na região.

#### > O destino dos estudos de gênero

O destino dos estudos de gênero na região pode nos ajudar a entender a persistência e a mutação da desigualdade de gênero em um projeto democrático sustentado pelo neoliberalismo. O estabelecimento da disciplina estava ligado ao financiamento do ativismo feminista local por doadores dos EUA e depois da UE, em um contexto de financiamento local escasso. Os estudos de gênero foram introduzidos em duas grandes universidades tchecas por volta de 2004, em parte devido à janela de oportunidade proporcionada pelas reformas neoliberais do ensino superior, que exigem um número maior de estudantes. No entanto, a mesma

Pesquisa e educação que não se encaixam na heurística neoliberal estão sob ataque na Hungria, na República Tcheca e em muitos outros países da Europa. Foto: Christopher Dombres/Flickr. Creative Commons.

racionalidade política facilitou o recente desmantelamento de programas de estudos de gênero não apenas na Hungria, mas também na República Tcheca, afetando negativamente a capacidade de realizar pesquisas orientadas para o gênero na Europa Central. Como observou Wendy Brown, a racionalidade neoliberal é, em última instância, normativa - a regra da lógica de mercado não é assumida, mas é ativamente institucionalizada em detrimento de qualquer racionalidade diferentemente fundada, como a racionalidade emancipatória que sustenta grande parte do projeto feminista. Em uma região conservadora em relação ao gênero, marcada por uma rejeição extraordinariamente fácil de qualquer ação política aberta que vise relações sociais desiguais como a engenharia social da era comunista, a racionalidade política neoliberal primeiro se alinhava bem com alguns esforços feministas, incluindo aqueles que se esforçavam para institucionalizar estudos de gênero. A proibição dos estudos de gênero na Hungria usa exatamente a mesma racionalidade política, mas, o que é importante, a coloca como econômica (por motivos falsos de falta de demanda por graduados em estudos de gênero no mercado de trabalho) e, portanto, apolítica. Isso serve aos propósitos políticos de combater uma possível crítica social e ganhar popularidade com o movimento anti-gênero (descrito nestas páginas por Agnieszka Graff e Elżbieta Korolczuk em 2017). Na República Tcheca, o encerramento do programa de estudos de gênero de Brno em 2018 foi justificado por alegações de que o programa não era "lucrativo", na medida em que não atraía estudantes para um sistema de educação pública dependente do número de estudantes.

O paralelo entre os dois casos é impressionante, mesmo que as motivações sejam - pelo menos explicitamente diferentes. Enquanto no caso húngaro, o raciocínio político tornou-se aparente quando a disciplina foi pintada como estritamente ideológica e não científica, no caso de Brno a racionalidade política neoliberal foi institucionalizada pela liderança da universidade quando falhou em abordar a ética de sua decisão. Para realmente combater a desigualdade de gênero - em sua dimensão econômica, mas também em termos de tolerância à violência sexual e endosso ao assédio sexual por figuras públicas e políticos -, sua inserção na racionalidade política neoliberal deve ser explicitada. Se quisermos contrariar com sucesso os princípios normativos do neoliberalismo, temos que reconhecer essas dependências, pois de outra forma ameaçam enfraquecer a lógica normativa que sustenta as críticas feministas das desigualdades sociais e especificamente de gênero. Os 30 anos desde 1989 mostraram claramente que a racionalidade política neoliberal está fadada ao fracasso quando incumbida de remover a desigualdade, uma vez que ela é, de fato, investida na proteção de suas raízes reais.

Contato com Blanka Nyklová < <u>blanka.nyklova@soc.cas.cz</u>>

### > Persistência e mudança: desigualdade de gênero nos EUA

Por **Margaret Abraham**, Universidade de Hofstra, EUA, ex-presidente da ISA (2014-18) e membro dos Comitês de Pesquisa da ISA sobre Mulheres, Gênero e Sociedade (RC32), Racismo, Nacionalismo, Indigeneidade e Etnia (RC05), Sociologia da Migração (RC31) e Direitos Humanos e Justica Global (TG03)



A Marcha das Mulheres e outros importantes movimentos de protesto surgiram em 2017 e 2018, saltando para a linha de frente da resistência contra sistemas entrincheirados e exploradores. miawicks9 da Pixabay.

m número recorde de mulheres foi eleito durante as eleições intermediárias de novembro de 2018 e agora apresentado ao 116º Congresso dos Estados Unidos. A eleição testemunhou os primórdios históricos, elegendo as duas primeiras mulheres nativas americanas, duas mulheres muçulmanas, a primeira mulher abertamente bissexual e a mulher mais jovem a ser eleita para o Congresso. Uma mulher foi reeleita como presidente da Câmara, a única mulher a ocupar este posto. Em 5 de fevereiro de 2019, Stacey Abrams, que perdeu uma polêmica disputa governamental, fez história ao se tornar a primeira mulher afro-americana a fazer a resposta democrata ao discurso do Presidente sobre o Estado da União. Abrams falou sobre a necessidade de abordar o racismo, a supressão de eleitores e a imigração, e ela criticou fortemente o Presidente Trump pela paralisação do governo, que causou sofrimento severo e injustificado e devastação na vida das pessoas.

A luta e a vitória desses pequenos passos destacam a luta maior pela igualdade e justiça de gênero. Essas pequenas vitórias conectam-se a uma longa história de luta coletiva para derrubar estruturas hegemônicas e trazer à luz os muitos sistemas e culturas penetrantes e profundamente arraigados de opressão e desigualdade que existem na sociedade. Pequenos passos são um sinal de esperança, mas não são suficientes. Devemos continuar a produzir transformação social e mudança estrutural.

#### > O contexto americano

- Apesar de ter mais mulheres no Congresso, a América tem uma desigualdade de gênero.
- Apesar da atenção da mídia, a disparidade salarial continua, com as mulheres brancas ganhando 20% menos que os homens e as mulheres negras ganhando menos que isso.
- Ocupações dominadas por mulheres, tais como creches

e atendimento em restaurantes, continuam com os níveis mais baixos na escala salarial.

- Os homens compõem a grande maioria dos principais ganhadores da economia dos EUA.
- De acordo com a Análise de Indicadores do Instituto de Estudos Políticos do Banco Mundial, as mulheres realizam o dobro da quantidade de trabalho não pago que os homens realizam, incluindo cuidados com crianças, idosos e limpeza
- A mediana de <u>poupança</u> para homens foi de US\$123.000, em comparação com US\$42.000 poupados por mulheres em 2017.
- A Associação Americana de Mulheres Universitárias informa que as mulheres negras se formam com maior dívida do que qualquer outro grupo demográfico.
- O Escritório do Census dos EUA declara que as mulheres negras experimentam as maiores taxas de pobreza do país.
- O desemprego entre transgêneros é três vezes a média dos EUA.
- A <u>taxa de encarceramento</u> de mulheres afro-americanas é duas vezes maior do que a das mulheres brancas e os afro-americanos são encarcerados cinco vezes mais que os brancos.
- Uma em cada três mulheres nos Estados Unidos informa ter sofrido <u>violência sexual</u> durante a vida.

#### > Avançando

Em 21 de janeiro de 2017, sob os auspícios da Marcha das Mulheres em Washington, milhões de pessoas foram às ruas nos EUA e em todo o mundo para protestar contra a eleição de Trump. Foi uma continuação do trabalho que o movimento das mulheres e muitos movimentos e organizações diferentes vinham fazendo há anos: #BlackLivesMatter [#VidasNegrasImportam]. #SayHerName [#DigaONomeDela], #MeToo [#EuTambém], para citar apenas algumas hashtags. Ao longo dos anos, esses e outros grupos ajudaram a mobilizar e incorporar a noção de "interseccionalidade" (um termo cunhado por Kimberlé Crenshaw) e seu amplo conjunto de matrizes interdependentes e sobrepostas de opressão. A escala da Marcha das Mulheres demonstrou o poder coletivo e a necessidade da comunidade global de confrontar a persistência e a prevalência de estruturas patriarcais e misóginas no governo e na sociedade.

A Marcha das Mulheres e outros movimentos de protesto importantes, como meios viáveis de organização e comunicação para a mudança, surgiram em 2017 e 2018, saltando para a linha de frente da resistência contra sistemas entrincheirados e exploradores. Uma geração mais jovem está usando tecnologia e múltiplos meios para mobilizar e abordar preocupações globais críticas, ao mesmo tempo em que integra a igualdade de gênero e a interseccionalidade às questões abordadas. Esses vários movimentos ajudaram as comunidades a se mobilizarem para abordar questões de direitos reprodutivos, gênero, violência interseccional, direitos dos migrantes, direitos

trabalhistas, direitos de cidadania, justiça racial, liberdade de expressão, justiça ambiental e muito mais. Eles criaram um momento que oferece esperança, mas também um desafio. Será preciso que a maioria da sociedade se junte para garantir que mudanças duradouras sejam feitas com firmeza, através de pequenos passos e mudanças sísmicas.

A pesquisa e o ativismo demonstraram como os sistemas estatais e sociais estão difundidos com a desigualdade e a opressão de gênero. A violência contra as mulheres e a violência baseada no gênero é o resultado da desigualdade de gênero, poder desigual, corrupção e controle. A violência de gênero é sistêmica e profundamente enraizada no patriarcado, mas também é interseccional em termos de suas origens e consequências. As estruturas e relações patriarcais devem ser desafiadas.

Uma maneira pela qual a mudança pode surgir é através de uma abordagem interseccional para desmontar e abordar todas as formas de desigualdade e opressão: racial, econômica, de capacidades, etc. Essas são uma parte das estruturas, práticas e histórias patriarcais. Precisamos reconhecer e resistir às perspectivas isoladas e aos meios míopes que nos dividem, que forçam as populações vulneráveis a competir umas com as outras no interesse dos poucos privilegiados. Precisamos reimaginar novas maneiras de combater as forças que estão subvertendo a igualdade e a justiça e causando danos, não apenas aos humanos, mas ao planeta como um todo.

Na busca de paradigmas alternativos, as perspectivas sociológicas que são sensíveis a todas as vozes são vitais. A sociologia já ofereceu informações valiosas sobre a desigualdade de gênero, mas há muito que requer nossa atenção. O desafio para a sociologia é considerar seriamente as seguintes questões: O que será necessário para estimular a imaginação sociológica em direção à igualdade (inclusive dentro de nossa própria disciplina e instituições)? Quais são os tipos de teorias e ferramentas que podem realmente ajudar a desmantelar as desigualdades sistêmicas? Como não podemos ser cooptados pelas formas de financiamento que reproduzem as desigualdades e, em vez disso, nossa pesquisa mostrar os caminhos para a igualdade? Como a sociologia pode colaborativamente oferecer a promessa e a possibilidade dos públicos ouvirem uns aos outros através das divisões que estão sendo alimentadas pela política divisiva? Pode a sociologia, juntamente com outras disciplinas, através da pesquisa e da ação, oferecer soluções tangíveis para a verdadeira igualdade e justiça social? Claramente, precisaremos dos pequenos passos e das mudanças sísmicas para que a igualdade possa se tornar um sonho realizado.

Contato com Margaret Abraham < <u>Margaret.Abraham@Hofstra.edu</u>>

## > Gênero e desigualdade na região árabe

Por **Lina Abirafeh**, Universidade Americana Libanesa, Líbano



Créditos: Jasmine Farram.

mbora a desigualdade de gênero seja uma realidade global infeliz, a região árabe enfrenta não apenas a maior lacuna, mas também desafios significativos para corrigir essa desigualdade. A região sofreu por muito tempo inseguranças econômicas e políticas, compostas por obstáculos sócioculturais e um sistema de patriarcado entrincheirado. Essa combinação tóxica impede - e, em muitos casos, inverte - o progresso em direção à igualdade de gênero.

Isso é ainda agravado por múltiplas crises humanitárias prolongadas, como as da Síria, Palestina, lêmen e Iraque. Em toda a região, a instabilidade está se tornando a norma. Esses conflitos destruíram os sistemas de proteção social, reduziram o acesso a serviços e apoio seguros, deslocando comunidades e aumentando vulnerabilidades, trazendo novas inseguranças para as mulheres. Em tempos de conflito, as metas de igualdade de gênero desaparecem rapidamente da agenda.

O Relatório Global sobre Desigualdade de Gênero do Fórum Econômico Mundial de 2018 oferece uma visão crítica sobre a extensão da desigualdade de gênero na região árabe. O relatório mede quatro dimensões: Participação Econômica e Oportunidade, Desempenho Educacional, Saúde e Sobrevivência e Empoderamento Político. Atualmente, a pontuação da Desigualdade de

Gênero Global é de 68%, o que significa que, globalmente, permanece uma lacuna de 32% para igualar. O Oriente Médio e o Norte da África enfrentam a maior distância da paridade de gênero: 40%.

Os países do Golfo, como os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait, reduziram as lacunas em termos de participação econômica e saúde, mas as diferenças permanecem em igualdade salarial. O Qatar aumentou a participação política das mulheres - de nenhuma mulher no parlamento em 2017 para quase 10% em 2018.

Apesar do seu fraco desempenho em termos de igualdade das mulheres, a Arábia Saudita reduziu a desigualdade salarial e aumentou a participação das mulheres na força de trabalho. No entanto, sistemas opressivos como a tutela masculina permanecem em vigor, restringindo a liberdade e a mobilidade das mulheres.

A Jordânia e o Líbano permanecem praticamente inalterados, apesar do progresso mínimo do Líbano na proporção de mulheres no parlamento. Omã tem uma diferença de gênero maior do que nos anos anteriores devido à diminuição da participação econômica.

As mulheres detêm meros 7% de posições gerenciais nos quatro países com pior desempenho no mundo, três dos quais na região - Egito, Arábia Saudita e lêmen. Dos dezoito

países cobertos na região, doze regrediram. No ritmo atual, a região precisaria de 153 anos para eliminar sua lacuna de gênero.

#### > Desigualdade de gênero: o caso do Líbano

O Líbano apresenta um caso interessante, apesar de sua aparência progressiva. *O Relatório Global sobre Desigualdade de Gênero* de 2018 classificou o Líbano como um dos piores países para as mulheres. Os dez piores países em termos de igualdade de gênero em todo o mundo incluem a Arábia Saudita, o Irã, o Mali, a República Democrática do Congo, o Chade, a Síria, o Iraque, o Paquistão, o lêmen e o Líbano. Em 2016, o Líbano ficou em 135º lugar entre 144 países. Em 2017, o país caiu para o 137º lugar dos 144 países. E, em 2018, o Líbano está no 140º lugar dos 149 países - atrás da maioria dos países árabes vizinhos, incluindo Egito, Tunísia, Marrocos, Jordânia e Bahrein.

Os prolongados episódios de lutas civis, impasse político e limbo econômico do Líbano deixaram de lado a agenda da igualdade de gênero. Enquanto o país parece promover, em um nível superficial, um ambiente mais liberal e progressivo para as mulheres, a realidade está longe de ser igualitária.

O Líbano ratificou as principais convenções internacionais, incluindo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) e a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, em 1995, em Pequim. O país estabeleceu mecanismos nacionais para as mulheres na forma da Comissão Nacional para as Mulheres Libanesas em 1998 e do Ministério dos Assuntos da Mulher em 2016. E o Líbano continua a criar (embora não financie ou implemente) estratégias nacionais para o empoderamento das mulheres. Apesar desses desenvolvimentos, o país está atrasado em relação à igualdade de gênero.

A participação das mulheres na vida política continua inaceitavelmente baixa. Em junho de 2017, o parlamento recusou a proposta de 30% de cota parlamentar feminina no Líbano. Esse foi um revés significativo para os ativistas dos direitos das mulheres. Atualmente, existem apenas seis mulheres em um parlamento de 128 cadeiras. As mulheres libanesas continuam a entrar na política "de preto", como viúvas de ex-políticos, em vez de se representarem. Como tal, elas continuam a reproduzir interesses sectários em vez de interesses feministas, alimentando ainda mais as divisões que, por muito tempo, retardaram o Líbano.

Apesar das altas taxas de alfabetização e dos níveis de escolaridade entre as mulheres, o hiato de gênero permanece pronunciado na participação econômica e nas oportunidades. Em 2017, as mulheres representavam aproximadamente 25% do total da força de trabalho, refletindo altos níveis de desigualdade de gênero na força de trabalho do Líbano. A taxa de mulheres adultas

desempregadas é o dobro da dos homens. Nem as políticas de emprego, nem as leis protegem a igualdade de oportunidades, o pagamento ou o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. As mulheres libanesas continuam a ser uma força econômica subutilizada, frequentemente relegadas a setores feminizados e à economia informal - sem remuneração ou proteção adequada na forma de benefícios sociais e salários mínimos, ou condições de trabalho seguras. Além disso, as mulheres estão subrepresentadas em cargos de alto nível, particularmente em setores dominados por homens.

Os esforços de reforma no Líbano são impedidos por quinze leis separadas para as diversas comunidades religiosas do país. Esses códigos de status pessoal determinam o destino das mulheres em termos de casamento, divórcio, herança, filhos e assim por diante. Essa é a manifestação mais notória do patriarcado entrincheirado do país. Esses códigos endossam a desigualdade entre os cônjuges e abertamente discriminam as mulheres em todos os aspectos de suas vidas. Como resultado, os corpos e a vida das mulheres são regulados pelos diferentes tribunais religiosos do país.

O sistema legal libanês inclui proteções contra algumas formas de violência baseada em gênero, mas a aplicação coerente e igualitária está gravemente deficiente, e os incidentes continuam com relativa impunidade. A violência por parceiro íntimo é a forma mais generalizada de violência baseada em gênero no país. Em 2014, a Lei sobre a Proteção de Mulheres e Familiares de Violência Doméstica foi adotada pelo Parlamento Libanês, mas esta nova lei não reconheceu o estupro conjugal como um delito.

Em 2017, o Parlamento aboliu o Artigo 522 do Código Penal, o que permitiu que a promotoria retirasse as acusações contra um estuprador se ele se casasse com sua vítima. Também em 2017, uma minuta de lei foi elaborada para criminalizar o assédio sexual em locais públicos e locais de trabalho. Até hoje, continua sendo um rascunho.

Apesar de anos de jurisprudência, não existe lei que proíba o casamento infantil no Líbano, deixando o poder nas mãos dos tribunais religiosos. Essa questão é exacerbada no caso dos refugiados: as taxas de casamento infantil entre os refugiados sírios estão aumentando em resposta à crise atual, e as meninas forçadas ao casamento não têm acesso às proteções legais do governo libanês. Isso serve como um lembrete urgente de que fugir do conflito não necessariamente traz segurança para mulheres e meninas.

O caso do Líbano reflete o da região árabe como um todo: há muito mais trabalho a ser feito para alcançar a igualdade. A região deve se comprometer a acelerar essa mudança; esperar 153 anos não é uma opção.

Contato com Lina Abirafeh < lina.abirafeh@lau.edu >

### > Trabalho e desigualdade de gênero no contexto asiático

Por **Nicola Piper**, Universidade Queen Mary de Londres, Reino Unido e membro do Comitê de Pesquisa ISA sobre Pobreza, Assistência Social e Política Social (RC19)

Ásia é o lar de significativa migração sul-sul ou intrarregional. Segundo estimativas da Organização Internacional do Trabalho, em 2013, havia 150,3 milhões de trabalhadores migrantes, dos quais 83,7 milhões eram homens e 66,6 milhões eram mulheres. As Nações Unidas calculam a proporção de mulheres em contingentes de migração na Ásia em cerca de 42,7%, em comparação com 48,4% no mundo. Muito disso se deve ao forte aumento do número e proporção de migrantes do sexo masculino na Ásia, que superou o aumento das mulheres migrantes.

Entre 1990 e 2000, apenas três das dez principais passagens bilaterais estavam dentro da Ásia, mas, entre 2010 e 2017, esse número aumentou para seis. A passagem entre os países de destino da sub-região do Golfo (classificada como "Ásia Ocidental" pelas Nações Unidas) e os países de origem localizados no sul e sudeste da Ásia são particularmente proeminentes devido à porcentagem extremamente elevada de residentes nãocidadãos nos países do Golfo. O Qatar e os Emirados Árabes Unidos têm a maior proporção de migrantes para a população total, com 90% e 88%, respectivamente, muitos provenientes do continente asiático e cada vez mais da África. Outros destinos importantes da Ásia para migrantes asiáticos são países com desempenho econômico elevado no sudeste da Ásia (Cingapura, Malásia) e no leste da Ásia (Coreia, Taiwan, Japão). Os principais países de origem dos migrantes são Filipinas, Indonésia, Sri Lanka, Bangladesh e Vietnã.

Tendo experimentado movimentos populacionais sustentados em grande escala desde a década de 1970, os padrões e características migratórios da Ásia tornaramse, sem surpresa, sujeitos a um crescente interesse entre acadêmicos e praticantes. Uma característica única da migração intra-asiática é sua estrutura reguladora dominante, que vem na forma de autorizações vinculadas ao trabalho estritamente temporárias, oferecendo aos migrantes a oportunidade de trabalhar no exterior por dois a quatro anos, sujeitos a renovação. A maioria

dos trabalhadores com baixa remuneração e pouco qualificados não pode aproveitar a chance de unificação familiar e residência permanente. A migração temporária por contratos é sintetizada pelo fenômeno "trabalhador solteiro", com os migrantes masculinos respondendo geralmente à necessidade por trabalhadores nos setores produtivos (por exemplo, construção) e mulheres migrantes principalmente nos setores reprodutivos - relacionados ao cuidado - especialmente nos trabalhos domésticos, embora elas também possam ser encontradas na indústria de manufaturas e outros tipos de trabalhos.

Os setores domésticos e de cuidados nesta região são claramente dominados por mulheres migrantes. Na Ásia Ocidental, onde o trabalho doméstico também inclui jardineiros, motoristas, seguranças e cozinheiros, os migrantes do sexo masculino tendem a ser empregados também nesse setor: 10% de todos os trabalhadores domésticos da região árabe são homens. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, pelo menos 53,6 milhões de mulheres e homens com mais de quinze anos estão no trabalho doméstico como principal emprego, com algumas fontes sugerindo um valor tão alto quanto 100 milhões.O emprego de trabalhadores domésticos constitui pelo menos 2,5% do emprego total em países pósindustriais e entre 4% e 10% do emprego total em países em desenvolvimento. Em termos de gênero, as mulheres são a esmagadora maioria da força de trabalho doméstica (com 83%), o que representa 7,5% do emprego das mulheres em todo o mundo. As trabalhadoras domésticas, em sua maioria do sexo feminino, costumam viajar milhares de quilômetros para aceitar empregos pouco regulamentados ou até mesmo não regulamentados, inseguros e geralmente de baixa remuneração, deixando para trás suas próprias famílias.

Conceitos como a "cadeia de cuidados", que se tornaram amplamente utilizados na pesquisa e política de migração global, baseiam-se nas experiências de imigrantes de países asiáticos. As mulheres migrantes atendem à necessidade de profissionais de saúde nas economias

#### As estruturas de políticas governamentais estão predominantemente preocupadas com o controle da migração e a extração de benefícios econômicos de trabalhadores estrangeiros, prestando meros serviços aos direitos humanos dos migrantes<sup>99</sup>

mais desenvolvidas, resultando em um déficit de cuidados nos países de origem dessas mulheres migrantes. O fato da mercantilização do cuidado na base das cadeias globais dessas atividades na forma de trabalho doméstico migratório ter implicações socioeconômicas de longo alcance que vão além dos prognósticos macroeconômicos tem sido largamente ignorado, e as implicações sociais e psicológicas das famílias deixadas para trás não são abordadas pelos formuladores de políticas.

O fato de que a maior parte da força de trabalho migratória intra-asiática trabalha em setores de baixos salários tem implicações para o debate revivido sobre as ligações entre migração e desenvolvimento. Grande parte da virada positiva colocada no desenvolvimento da migração nos últimos anos baseia-se na presunção de ganhos de habilidades ou "circulação cerebral" dos quais os países de origem devem se beneficiar. Isso ignora o trabalho que a maioria dos trabalhadores temporários, especialmente as mulheres migrantes, se engaja. Por todo o sul e sudeste da Ásia, um grande número de trabalhadores "pouco qualificados" consegue emprego no estrangeiro em circunstâncias altamente limitadas. Muitas vezes, isso está sob contratos de curto prazo, como parte do sistema kafala - o esquema de patrocínio de visto vinculado ao empregador, usado extensivamente no Golfo - ou através de uma rede de corretores de recrutamento privados ou agentes que manipulam ambas as extremidades do processo de migração. Pesquisas críticas demonstraram que essa mercantilização do trabalho do cuidado não leva a nenhuma aquisição de "capital humano" e não tem impacto sobre salários e padrões de vida. "Habilidades" nem sequer são adquiridas, e muito menos desenvolvidas. A invisibilidade do trabalho reprodutivo ofusca as repercussões do desenvolvimento desses déficits do cuidado resultantes. Isso tem implicações para os países remetentes: o êxodo dos trabalhadores domésticos migrantes foi recebido com entusiasmo pelas grandes entradas de remessas que gerou, mas sem consideração suficiente das implicações socioeconômicas ou de desenvolvimento dos déficits generalizados de atendimento que cria. O discurso predominante do governo e a estrutura de políticas que enfoca as remessas servem apenas para instrumentalizar as contribuições dos migrantes e ignora os custos sociais da migração para as famílias.

Esse paradigma de desenvolvimento ignora as experiências pessoais das mulheres migrantes e os custos envolvidos na migração, deixando assim de prestar atenção aos seus direitos, proteções e subjetividades únicas. As estruturas de políticas governamentais estão predominantemente preocupadas com o controle da migração (ou seja, a saída e entrada de indivíduos e seu acesso a mercados de trabalho ou empregos) e a extração de benefícios econômicos de trabalhadores estrangeiros, prestando meros serviços aos direitos humanos dos migrantes.

Em suma, os estados asiáticos geralmente se abstêm de formular políticas migratórias sensíveis ao gênero que facilitem a mobilidade da mão-de-obra transfronteiriça das mulheres. Em vez disso, alguns países impõem restrições legais à migração de mão-de-obra feminina, geralmente sob o disfarce de proteção. No entanto, na maioria dos países anfitriões, as leis trabalhistas protegem os direitos das mulheres migrantes, que estão sujeitas a fatores estruturais e discriminações que se cruzam com base em gênero, classe, idade, etnia e nacionalidade. Esses fatores agravam ainda mais os desafios que elas enfrentam.

Como resultado, as mulheres migrantes que estão concentradas em setores feminizados da economia nos quais os salários são tipicamente baixos (como o trabalho doméstico ou a fabricação de roupas) não podem ter acesso aos mesmos direitos trabalhistas e proteções sociais que os trabalhadores de outros setores. Desigualdades estruturais, discriminação de gênero nos mercados de trabalho nos países de origem e controles restritivos de imigração são amalgamados para que as mulheres geralmente tenham menos caminhos para migrar e sejam mais propensas a recorrer a recrutadores (indivíduos e organizações que pagam para facilitar seu processo de migração). As mulheres são mais propensas do que os homens a migrar através de esquemas de trabalhadores temporários menos qualificados ou canais não documentados para trabalhar em setores muitas vezes não regulamentados sem representação sindical. Altos níveis de insegurança socioeconômica, isolamento geográfico e privação política das mulheres trabalhadoras migrantes temporárias estão no centro da desigualdade de gênero na Ásia.

Contato com Nicola Piper < n.piper@qmul.ac.uk >

## > IPSP: progresso social, algumas reflexões de gênero

Por **Jeff Hearn**, Escola de Economia de Hanken, Finlândia, Universidade de Örebro, Suécia e Universidade de Huddersfield, Reino Unido, e membro do Comitê de Pesquisa sobre Mulheres, Gênero e Sociedade da ISA (RC32)



Cerca de 300 pesquisadores estão envolvidos no Painel Internacional sobre o Progresso Social. Crédito: Sofie Wolthers (2015).

Painel Internacional sobre o Progresso Social (IPSP, https://www.ipsp.org/) foi concebido por volta de 2012 e início de 2013, como uma grande operação independente não governamental de ciência social, em paralelo ao Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC). A ideia foi discutida na conferência "Think Global" [Pense Global] em maio de 2013 (https://penserglobal. hypotheses.org/35), e começou oficialmente no verão de 2014, com as primeiras reuniões do comitê de direção e, logo após, do conselho científico. Os principais líderes de todo esse processo foram Marc Fleurbaey (Universidade de Princeton) e Olivier Bouin (RFIEA), com o apoio de muitos cientistas sociais importantes, como Amartya Sen, Helga Nowotny, Ravi Kanbur e Elisa Reis.

O objetivo geral tem sido: produzir uma cobertura abrangente das dimensões do progresso social; tornar a ciência social atualizada mais acessível e relevante; alimentar atores sociais e cidadãos, incluindo, mas não apenas, governos, com ideias sobre possíveis futuros; influenciar debates públicos; e aumentar o interesse pela justiça social e pelo pensamento prospectivo de longo prazo entre os acadêmicos.

Foi em abril de 2015 que recebi um convite para o primeiro grande congresso de autores, com cerca de 200 cientistas sociais de todo o mundo, realizado em Istambul, em agosto de 2015. O convite era para se juntar a um dos subgrupos coletivos ou seções, intitulado "Pluralizing family, gender, sexuality" [Pluralizando família, gênero, sexualidade]. Como acontece, entre o convite e o evento, "Pluralizando família, gênero, sexualidade" foi renomeado como "Pluralizando famílias", com gênero sendo considerado "mainstream". Isso significou alguma reconfiguração de quem estava em cada subgrupo; eventualmente acabei na penúltima seção, "The multiple directions of social progress: ways forward" [As múltiplas direções do progresso social: caminhos a seguir], além de trabalhar para formar um grupo transversal sobre Gênero (mais sobre isso em breve). Um segundo grande congresso foi realizado em Lisboa em janeiro de 2017.

Nos textos publicados do IPSP, existem mais de 282 autores, incluindo autores colaboradores. Com várias comissões e membros do conselho científico, o total sobe para cerca de 350. Inicialmente, os cientistas políticos compunham cerca de um quarto dos autores; os sociólogos e os economistas cada um com um pouco menos de um quinto; o restante estava em outras ciências sociais, com alguns das humanidades. A maioria era da Europa e da América do Norte, com uma minoria substancial de todo o resto do mundo; cerca de 60% foram identificados como

masculinos.

Os principais princípios do IPSP incluíram: trabalhar de forma colegiada de baixo para cima e com colegas; apoio não vinculativo e financiamento de 50 parceiros financiadores. universidades e outras instituições, independentes de governos e lobistas; foi dado alto valor às abordagens pluridisciplinares e ao feedback das partes interessadas. Os autores foram encorajados a lidar com discordâncias com humildade e respeito, concordando em discordar e reconhecendo os limites da especialização. O IPSP pretendia ser condicionalmente prescritivo: "se o seu objetivo é esse, então a melhor maneira é essa". Os principais elementos do progresso social identificados foram: dignidade igualitária, direitos básicos, democracia, estado de direito, pluralismo, bem-estar, liberdade, não-alienação, solidariedade, estima e reconhecimento, bens culturais, valores ambientais, justiça distributiva, transparência, prestação de contas.

O resultado desse trabalho foram três grandes volumes coletivos, *Rethinking Society for the 21st Century: Report of the International Panel on Social Progress* [Repensando a Sociedade para o Século 21: Relatório do Painel Internacional sobre o Progresso Social], juntamente com um volume único de múltiplos autores, *A Manifesto for Social Progress: Ideas for a Better Society* [Um Manifesto para o Progresso Social: Ideias para uma Sociedade Melhor], todos da Cambridge University Press [Editora da Universidade de Cambridge]. Os autores do IPSP também estão ativos em muitos fóruns, por exemplo, T20 (a rede internacional de think-tanks do G20 que se reuniu na Alemanha, em 2017, e na Argentina, em 2018), *The Conversation* [A Conversação], edições especiais de periódicos e um filme-documentário: <a href="https://www.instagram.com/a\_new\_society/">https://www.instagram.com/a\_new\_society/</a>.

Alguma ideia do espectro de preocupações é vista a partir dos capítulos gerais dos três volumes: Volume 1. Transformações Socioeconômicas: Tendências Sociais e Novas Geografias; Progresso Social: Uma Bússola; Desigualdade econômica; Crescimento Desenvolvimento Humano, Bem-Estar; Cidades; Mercados, Finanças, Corporações; Futuro do Trabalho; Justiça Social, Bem-Estar, Organização Econômica; Volume 2. Regulamentação Política, Governança e Transformações Sociais: Paradoxos da Democracia e Estado de Direito; Violência, Guerras, Paz, Segurança: Organizações Internacionais, Tecnologias de Governança; Capital Governante, Trabalho e Natureza; Mídia e Comunicações; Volume 3. Transformações em Valores, Normas, Culturas: Mudança Cultural; Religiões; Pluralização de Famílias; Saúde Global; Educação; Pertencimento; Múltiplas Direções do Progresso Social; A Contribuição das Ciências Sociais para Políticas e Mudanças Institucionais. Para cada tópico, a situação atual, as tendências históricas e perspectivas, as direções de mudança inspiradas pela justiça social, e os direcionadores e barreiras para essa mudança são examinados. Os tópicos transversais são:

Ciência, tecnologia e inovação; Globalização; Movimentos sociais; Saúde; e como observado, Gênero. O grupo de gênero transversal comentou os esboços das seções e elaborou uma lista de verificação para aconselhar os autores sobre como abordar o gênero, incluindo os pontos necessários:

- relações de gênero, relações de poder de gênero e processos de gênero, não apenas gênero como substantivo, variável ou categorias específicas de gênero;
- construção de gênero e poder diferencial de gênero de mulheres e feminilidades, de homens e masculinidades;
- interpretar gênero como significando "mulheres e homens" pode diminuir a diversidade de gêneros, outros gêneros e posições LGBTIQ+;
- as maneiras muito diferentes pelas quais as relações de gênero são organizadas e em *diferentes sociedades*, já que as generalizações entre os regimes de gênero podem ser falhas;
- crianças "meninas" e "meninos" não devem ser subestimadas:
- cuidado e consistência em distinguir "igualdade de gênero" e "equidade de gênero";
- processos de gênero e regimes de gênero que podem ser representados como arenas "neutras em relação ao gênero" ou "sem gênero", por exemplo, relações internacionais ou transporte;
- sexualidade, incluindo sexualidades não normativas, não reproduzindo a heteronormatividade:
- futuro de gênero e sexualidade, por exemplo, implicações das novas tecnologias;
- gênero construído intersecionalmente, em todos os níveis, da identidade às relações sociais globais.

No geral, o Relatório do IPSP tem buscado reunir conhecimento de ponta sobre as possibilidades de mudança social estrutural e sintetizar o conhecimento sobre os princípios, possibilidades e métodos para melhorar as instituições sociais. Muitas recomendações foram feitas, por exemplo, no penúltimo capítulo, sobre: superar obstáculos ao progresso social sustentável; expandir as formas não-capitalistas de atividade de mercado e o papel do estado ou da comunidade no atendimento das necessidades humanas; construção de setores vibrantes de mercado cooperativo; conversão de firmas capitalistas em cooperativas e controladas por trabalhadores; democratizar grandes corporações capitalistas; renda básica incondicional; serviços de atendimento universal; nomear e mudar os poderosos e os privilegiados em instituições e políticas; construir alianças transnacionais e interorganizacionais para o desenvolvimento de políticas com aprendizado do Sul Global; estender as agendas de igualdade a arenas de políticas "não identificadas" e transnacionais; democratizar a democracia; e orçamento participativo.

 $Contato\ com\ Jeff\ Hearn< \underline{hearn@hanken.fi}>$ 

# > Pobreza e desigualdade: a África do Sul como um aviso

Por **Jeremy Seekings**, Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul, membro do Comitê de Pesquisa sobre Pobreza, Assistência Social e Política Social do ISA (RC19) e ex-Vice-Presidente do Comitê de Pesquisa sobre Desenvolvimento Urbano e Regional do ISA (RC21)



À procura de emprego na África do Sul, onde o número absoluto de desempregados duplicou nos últimos 25 anos. Foto: Jeremy Seekings.

pobreza e a desigualdade na África do atraíram, I razão, uma atenção considerável. As taxas absolutas de pobreza na África do Sul - calculadas usando medidas padronizadas de renda - têm sido e permanecem excepcionalmente altas, dado o PIB per capita do país. Isso é claro, porque a África do Sul tem uma distribuição de renda muito desigual. Altas taxas de pobreza e desigualdade estão enraizadas na história de desapropriação e discriminação racial da África do Sul antes e durante o apartheid. Após 25 anos de governos democraticamente eleitos, no entanto, a pobreza continua persistentemente alta e a desigualdade provavelmente aumentou. É claramente o caso de que a democracia não reduz necessariamente a pobreza ou a desigualdade.

> A persistência da pobreza e da desigualdade na África do Sul

A persistência da pobreza e da reflete desigualdade diversos fatores. Em nosso livro de 2005, Race and Inequality in South Africa [Classe, Raça e Desigualdade na África do Sul] (Yale University Press), Nicoli Nattrass e eu argumentamos que a desigualdade sobreviveu ao apartheid porque não era mais impulsionada pela discriminação racial explícita. Sob o apartheid, os sul-africanos brancos não apenas acumularam propriedades e ativos financeiros, mas também capital humano (através de educação pública racialmente discriminatória) e capital social. (Deveríamos ter acrescentado também capital cultural). Isso significava que a discriminação racial poderia ser abolida sem prejudicar os privilégios da majoria dos brancos sul-africanos. Governos democraticamente eleitos. após 1994, desmantelaram os últimos vestígios de discriminação racial explícita e introduziram ações afirmativas consideráveis em favor dos negros sul-africanos. Mas a maioria dos sul-africanos brancos continuava a gozar dos privilégios de classe. Por outro lado, enquanto alguns negros sul-africanos se beneficiaram da remoção das restrições raciais (e depois das ações afirmativas) e prosperaram, muitos negros sul-africanos continuaram a sofrer com a falta de qualquer tipo de capital. Sem habilidades, capital social ou terra, quatro em cada dez sul-africanos adultos estavam desempregados.

Em nosso livro de 2015, Policy, Politics and Poverty in South Africa [Políticas Públicas, Política e Pobreza na África do Sul] (Palgrave Macmillan), Nattrass e eu nos concentramos em porque não houve apoio político mais forte para políticas de combate à pobreza após a transição para a democracia. Reconhecemos algumas políticas governamentais têm sido de combate à pobreza. Os programas de assistência social na África do Sul redistribuem uma parcela extraordinariamente grande (entre 3% e 4%) do PIB de contribuintes ricos para famílias, em sua maioria, pobres. Isso reduz a pobreza, mas não a desigualdade. No entanto, a pobreza e a desigualdade persistem. Isso ocorre principalmente devido à alta taxa de desemprego. Não só a taxa de desemprego cresceu durante os 25 anos de governos democráticos, mas o número absoluto de desempregados dobrou. Poucos dos benefícios do crescimento econômico foram para os muito pobres, exceto através redistribuição assistência financiada social por impostos.

Argumentamos que isso reflete, em parte, o efeito sufocante das políticas do mercado de trabalho nos setores intensivos em mão-de-obra.

## > Um fenômeno crescente em toda a África

A história da África do Sul é frequentemente considerada um caso excepcional. Mas a persistência da pobreza e o aumento da desigualdade na África do Sul é uma antevisão de um fenômeno crescente em toda a África. Entre 1990 e 2015, a proporção da população global em extrema pobreza de renda caiu em dois terços, de 47% para 14%. O número total estimado de pessoas vivendo em pobreza extrema caiu de pouco menos de 2 bilhões de pessoas em 1990 para 836 milhões em 2015. Na África, no entanto, a taxa de pobreza global diminuiu muito mais modestamente, de 57% para quase 40%, enquanto o número absoluto de pessoas vivendo em extrema pobreza na África subiu. Na África do Sul, a pobreza persiste apesar do crescimento econômico. Poucos dos benefícios do crescimento chegam aos pobres. A elasticidade do crescimento da pobreza na África entre 1990 e 2015 foi de apenas -0,7, comparada com -2 para outras regiões, significando que a cada 1% de crescimento econômico na África, a pobreza foi reduzida em apenas 0,7%, enquanto o mesmo crescimento em outros países reduziu a pobreza em 2%. O crescimento econômico na África alimentou mais a desigualdade do que a redução da pobreza..

Na África, diferentemente da África do Sul, os pobres até então eram principalmente camponeses em áreas rurais. Camponeses em muitas (mas não todas) áreas têm baixa produtividade e são vulneráveis à seca destruidora de recursos. Os governos muitas vezes negligenciam a população rural. O "desenvolvimento" imposto aos camponeses raramente trouxe grandes benefícios. Grande parte da África já foi caracterizada por terras abundantes e escassez de mão de obra. Agora é cada vez mais

caracterizada por terras escassas e um excedente de mão-de-obra. produtividade Aumentar а dos camponeses é claramente necessário para melhorar a segurança alimentar nacional e reduzir a pobreza rural. É muito improvável, no entanto, absorver a crescente força de trabalho. O resultado já é evidente: aumento das taxas de desemprego entre os jovens, muitos dos quais migram para áreas urbanas, e que são vistos pelas elites políticas como uma ameaca política.

#### > A necessidade de manufatura com uso intensivo de mãode-obra

Na África do Sul e cada vez mais no resto da África, a redução da pobreza requer a expansão de setores não agrícolas intensivos em mão-de-obra. Quase todos os casos históricos de crescimento econômico sustentado e redução da pobreza envolveram uma fase de manufatura intensiva em mão-de-obra. Em nosso novo livro, Inclusive Dualism: Labour-Intensive Development, Decent Work, and Surplus Labour in Southern Africa [Dualismo Inclusivo: Desenvolvimento Intensivo de Mão-de-obra, Trabalho Decente e Trabalho Excedente na África Austral] (Oxford University Press, 2019), Nicoli Nattrass e eu usamos o clássico trabalho de W. Arthur Lewis - o único economista de ascendência africana a ganhar o prêmio Nobel de economia - para examinar o papel da fabricação de roupas na expansão do emprego e na redução da pobreza. A indústria do vestuário é importante por si só, como uma fonte potencialmente importante de emprego para os pobres. Os quatro milhões de empregos em vestuário em Bangladesh podem ter baixos salários, mas desempenharam um papel importante na redução da pobreza, à medida que as mulheres rurais passam a ter empregos com maior produtividade e maior remuneração. A indústria do vestuário também funciona como o canário na mina de carvão, indicando a saúde do ambiente. Em uma mina de carvão.

a saúde do canário enjaulado era um indicador do perigo representado pelo gás para os mineiros. Da mesma forma, se um país com mão de obra excedente não tiver uma indústria de vestuário em crescimento, algo está errado com o ambiente político.

O Dualismo Inclusivo inclui uma discussão detalhada das licões da África do Sul, na qual o emprego na fabricação de roupas diminuiu ao mesmo tempo em que o desemprego vem aumentando. O mais alarmante é que a elasticidade do crescimento do emprego na manufatura na África do Sul provavelmente foi negativa, o que significa que o aumento na produção industrial coincidiu com o declínio do emprego no setor. A produtividade do trabalho aumentou, uma vez que empregadores investiram em mais tecnologias intensivas e em capital, mas o emprego caiu. Essa é, obviamente, uma receita para desigualdades e pobreza persistentes, se não crescentes. Atribuímos isso ao que chamamos de "fundamentalismo do trabalho decente", ou seja, a busca por "trabalho decente" sem levar em conta as consequências do (des)emprego. Até que a África do Sul e outros países africanos forneçam o tipo de ambiente no qual a fabricação de roupas possa florescer, a pobreza e a desigualdade permanecerão.

Os dados sobre a pobreza na África são do Relatório de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU (Nova lorque: Nações Unidas, 2015), Kathleen Beegle et al., Poverty in a Rising Africa [Pobreza na África em Ascensão] (Washington DC: Banco Mundial, 2016) e de Zarobabel Bicaba et al.: "Eliminating Extreme Poverty in Africa: Trends, Policies and the Roles of International Organizations" [Eliminar a extrema pobreza na África: tendências, políticas e o papel organizações internacionais], Documento de Trabalho 223 (Abidjan: Banco de Desenvolvimento Africano, 2015).

Contato com Jeremy Seekings < jeremy.seekings@uct.ac.za>

# > Pentecostalismo e cristianismo carismático na África do Sul

Por **Mokong S. Mapadimeng**, Conselho de Pesquisa em Ciências Humanas, África do Sul, membro dos Comitês de Pesquisa em Movimentos Trabalhistas (RC44) e Sociologia das Artes (RC37) da ISA



O pastor de uma igreja pentecostal pulverizando Doom, um inseticida no rosto de um membro da congregação.

eleições democráticas de 1994 na África do Sul marcaram um momento decisivo de mudança representado pelo colapso oficial da ordem colonial do apartheid e sua substituição pelo governo da maioria democrática negra. Essas mudanças foram acompanhadas por várias outras e, em particular, mudanças nas antigas instituições, estruturas e suas práticas associadas. Entre eles estava o ressurgimento dos movimentos religiosos cristãos que se manifestaram através de igrejas cristãs pentecostais e/ou carismáticas. Embora essas igrejas não sejam novas na África do Sul, aparentemente surgidas pela primeira vez durante a virada do século XX, elas cresceram exponencialmente em todo o país no período imediatamente depois de 1994, tanto nos centros urbanos quanto nas aldeias rurais remotas.

O crescimento exponencial dessas igrejas, entretanto, não esteve isento de problemas e controvérsias. Ultimamente, testemunhamos e

lemos relatos de intermináveis controvérsias nas quais se diz que essas igrejas estão engajadas em práticas percebidas como contrárias à verdadeira fé cristã. Entre essas práticas estão a alimentação de pessoas com cobras, grama, petróleo e pesticidas, como parte da cura espiritual e da luta contra espíritos demoníacos (ver figuras 1 e 2). Até o momento em que este texto foi escrito, houve processos judiciais em andamento contra o pastor nascido na Nigéria, Timothy Omotoso da Igreja Jesus Dominion International (JDI), acusado de agressão sexual, tráfico de pessoas e extorsão, e multimilionário pastor da igreja do Encontro Cristão Iluminado (ECG), Shepherd Bushiri e sua esposa, acusados de fraude e lavagem de dinheiro. Também recente é o vídeo que se tornou viral do pastor congolês nascido Alph Lukau, no qual ele alegou ter acabado de rezar e conseguiu trazer um homem morto deitado no caixão de volta à vida.

As intermináveis controvérsias sobre essas igrejas, incluindo acusações de que operam como empresas

privadas e ainda se beneficiam do não pagamento de impostos devido à ausência de um marco regulatório, levaram o governo sul-africano a designar uma comissão de inquérito para investigar essas controvérsias e alegações de práticas de negócios ilegais. Esta tarefa foi atribuída à Comissão para a Promoção e Proteção dos Direitos das Comunidades Culturais, Religiosas e Lingüísticas (Comissão de Direitos CRL). A investigação foi feita para resolver o problema de igrejas fraudulentas que são vistas como causadoras de danos às emoções e espíritos das pessoas. É argumentado que algumas dessas igrejas foram estabelecidas para ganhos comerciais pelos líderes da igreja, apesar de seus membros viverem na pobreza.

O que é surpreendente em meio à crescente popularidade e controvérsia das igrejas pentecostais e/ou carismáticas é a falta de relatos sociológicos. Isso é atribuído ao fato de que, na África do Sul, a sociologia da religião ainda é subdesenvolvida. Como resultado, deixa sem resposta e inexplorada toda uma série de questões sociológicas relacionadas a essas igrejas, incluindo as seguintes: como explicar o crescimento repentino e exponencial dessas igrejas e sua popularidade entre os sul-africanos? Quais segmentos da sociedade sulafricana estão ativamente envolvidos como congregantes dessas igrejas? Quem são os líderes dessas igrejas



Pastor de uma igreja pentecostal alimentando um membro da congregação com uma cobra viva.

e o que os torna tão carismáticos? Como se explica o que parece ser passividade da parte dos fiéis como agentes, para o que são percebidos como práticas tóxicas e perigosas dentro dessas igrejas? E quanto aos marcos regulatórios para organizações religiosas na África do Sul? Eles estão sendo desrespeitados?

Como uma tentativa modesta de fornecer um relato sociológico preliminar, eu incluo uma perspectiva teórica sobre a religião e seu papel na sociedade. Essa perspectiva examina como a religião é entendida, ou seja, o que é e qual o seu papel e influência na sociedade. No nível de definição, há algumas discordâncias, que James A. Beckford atribui ao fato de que a religião é uma construção social fundada e informada por contextos sociopolíticos e históricos específicos que lhe dão significados diversos, dinâmicos e não fixados. Essa visão é útil para entender o crescimento exponencial das igrejas pentecostais e carismáticas na África do Sul pós-1994. Foi um momento político que prometia uma "vida melhor para todos", um ideal que nunca foi totalmente realizado. Isto é verdade. apesar de algumas melhorias feitas através da provisão em larga escala de serviços básicos para os pobres. crescimento econômico anual perpetuamente lento África

do Sul, atualmente registrado em apenas 2,2%, não conseguiu gerar níveis significativos de emprego (o desemprego oficial é superior a 27%). A pobreza e as desigualdades estão piorando, com o coeficiente de Gini de 0,63 do país, um dos mais altos do mundo. Estes são exacerbados pela degeneração moral e pela corrupção desenfreada marcada pelo sague de fundos públicos pelas elites politicamente conectadas visando o enriquecimento pessoal. No momento em que este artigo é escrito, duas comissões de investigação estão em andamento, investigando a suposta captura do estado por interesses corporativos corruptos, corrupção e fraude.

Esse contexto explica o crescimento exponencial e a popularidade de igrejas carismáticas entre os sulafricanos. Essas igrejas prometem a seus seguidores bênçãos na forma de um fim miraculoso aos seus sofrimentos de pobreza, problemas de saúde e desemprego, bem como na forma de riqueza material. Para isso, eles encorajam os fiéis a fazer doações financeiras que, em última análise, enriquecem os pastores. Beckford foi pontual ao observar que a religião é uma construção social não homogênea, complexa e variada, que depende dos fins para os quais ela é aproveitada. Os únicos elementos carismáticos do pentecostalismo, incluindo as curas milagrosas, foram explorados para o enriquecimento pessoal por pastores que apresentam como profetas realizando milagres. Enquanto na interpretação de Steve Bruce a influência da religião é reforçada pela crença de que as recompensas por fazer a vontade de Deus na terra seguiriam na próxima vida através de felicidade eterna e riquezas muito maiores do que o mundo mundano pode oferecer, a atual onda de pentecostalismo e igrejas carismáticas A África do Sul enfatiza as recompensas materiais no mundo atual.

Não é fácil concluir sem apontar para os efeitos históricos do colonialismo alcançados através das igrejas missionárias cristãs e do sistema educacional ocidental. Especificamente, o papel missionário das igrejas cristãs tem sido o de converter os africanos longe de sua fé pré-colonial centrada em Badimo ou Amadliozi (ancestrais) como meios espirituais de acesso a Modimo/ Unkulunkulu (Deus). Isso resultou na conversão de africanos a dispensar Badimo ou Amadliozi como espíritos demoníacos, significando um projeto bem-sucedido de colonização cimentado por meio de um sistema educacional que repousa sobre conceitos e categorias teóricas coloniais. Isso atesta a visão de Bruce de que a religião poderia promover a coesão unindo as pessoas sob o nome de Deus ou uma cosmologia comum, ou mudando e perturbando a ordem préexistente.

Contato com:
Mokong S. Mapadimeng
<mmapadimeng@gmail.com>

# > "Invasores do espaço":

### mulheres mineiras no subterrâneo

Por **Asanda Benya**, Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul



Trabalhando nas minas. Foto: Asanda Benya.

se passaram quinze anos desde que mulheres se juntaram à força de trabalho subterrânea nas minas da África do Sul. Atualmente, há cerca de 50.000 mulheres na mineração, cerca de 10,9% dos funcionários permanentes do setor. Enquanto cerca de 11% da força de trabalho da mineração são mulheres e a legislação que facilita e acelera sua inclusão foi adotada, a indústria continua a se imaginar e a se apresentar implicitamente como masculina e retrata apenas homens ou corpos masculinos como aptos para o trabalho de minas subterrâneas. Esta adequação dos corpos masculinos para o trabalho mineiro subterrâneo é quase naturalizada e eternizada, no discurso e na cultura ocupacional da mineração.

A naturalização dos corpos masculinos na mineração facilitou,

inadvertidamente, a exclusão das mulheres, apesar da legislação que busca corrigir as exclusões passadas. Como eu já argumentei, as mulheres nas minas sul-africanas são "incluídas enquanto excluídas". De fato, elas são vistas, nas palavras de Nirmal Puwar, como "invasoras espaciais" e, como tal, produzem um "estado de desorientação e ansiedade ontológica". Elas não apenas têm sido acusadas de afetar negativamente a produtividade e a segurança, mas também são estigmatizados tanto dentro quanto fora das minas por não estarem de acordo com as normas sociais sobre feminilidade, e sua moral tem sido questionada.

Embora em teoria as mulheres possam fazer qualquer trabalho subterrâneo, na realidade elas são impedidas de realizar certas tarefas. Em todos os poços onde eu conduzia minha pesquisa, as mulheres não podiam ser operadores de perfuratrizes, e muito poucas eram operadores ou motoristas de guincho. As poucos motoristas que operavam com guinchos dificilmente conduziam guinchos subterrâneos. Usando o discurso protecionista, as minas estrategicamente se recusam a recrutar, treinar e alocar mulheres para algumas ocupações subterrâneas. Isto é, apesar do fato de que protegê-las de "trabalhos subterrâneos extenuantes" também as torna financeiramente desfavorecidos, uma vez que elas não podem, em alguns casos, reivindicar os mesmos bônus de produção que os homens.

Abaixo, descrevo um dos muitos incidentes clandestinos que ilustram como a exclusão das mulheres. Envolto em discurso cultural e protecionista, é promovido e consolidado diariamente com muitos cúmplices, para cimentá-

lo e enraizá-lo enquanto pregam retoricamente a inclusão.

Nos estágios iniciais de minha pesquisa, enquanto ainda treinava para ser um motorista de guincho, me disseram que as mulheres não eram admitidas nas aulas de perfuração. As razões para sua exclusão foram baseadas em seus corpos, que os instrutores e a mina consideraram impróprios e "muito frágeis" para a operação da máquina de perfuração. Os instrutores argumentaram que as máquinas de perfuração afetariam negativamente o ventre das mulheres. No meu caso, depois de persistir e eventualmente ter permissão para entrar na aula de perfuração, fui estritamente instruída a observar e não tocar em nada porque "os vãos e a perfuração" eram para homens e seriam incompatíveis com a anatomia feminina. O desenho das máquinas e a ventilação nos vãos não foram seguer citadas como razões.

Depois de algumas sessões no centro de treinamento e alguns dias de observação, todos os novos recrutas tiveram a chance de experimentar as máquinas e foram incentivados a imitar o mais próximo possível dos instrutores e trabalhadores experientes - desde a forma como eles se sentam com as pernas escancaradas e coxas fechando-se firmemente na máquina, à sua respiração e ritmos corporais. Quando chegou a minha vez, no entanto, a lição foi diferente. O instrutor passou de inicialmente se recusar a me deixar operar a máquina para me dizer que as mulheres não

podem se instalar em máquinas. No entanto, para inserir a máquina e ser estável, é realmente preciso montar na máquina. Meu instrutor, no entanto, me disse para unir minhas pernas. Ele disse que minhas "pernas devem estar de um lado, como uma dama". Isso apesar de vêlo repetidamente rebaixar os homens aprendizes, dizendo-lhes para "abrir as pernas, escarranchar a máquina e senti-la entre as coxas, apertando-a e empurrando-a para dentro". Ele me disse para juntar as minhas pernas e movê-las para um lado, "caso contrário você não poderá ter bebês... você está matando seus ovos". Trabalhadores também enfatizaram que uma mulher operando uma máquina parecia ser algo "indecente".

Conforme esperado, a máquina me arrastou quando segui as instruções e perfurei "como uma dama" com as duas pernas de um lado. Quando a desliguei para dizer a eles que é impossível perfurar nessa posição, antes de virar a cabeça para eles, o instrutor disse: "veja, eu disse que mulheres não podem perfurar, estou na mineração há tempos, eu sei do que estou falando. As mulheres não podem fazer isso, é impossível ... esta máquina é pesada" (todos os trabalhadores em que eu pude olhar estavam concordando) (Notas de campo, Rustenburg, abril de 2012). Para aqueles homens, o fato de eu ter sido arrastada pela máquina era uma confirmação da "inadequação" dos corpos das mulheres para perfurar, e não das instruções "especiais" sobre como operar a máquina.

Essas idéias pudicas preconcebidas sobre o corpo das mulheres não estão apenas no centro de treinamento, mas penetram no trabalho diário subterrâneo. Conforme documentei em outras ocasiões, há muitos casos em que as mulheres são impedidas de realizar seu trabalho no subterrâneo ou reduzidas a assistentes que limpam e buscam água para as equipes, ou são separadas de suas equipes e removidas de seus locais de trabalho - especialmente se a equipe trabalha no calor. Eu chamo isso de realocação informal de empregos e levou ao isolamento das mulheres de suas equipes e à alienação de seu trabalho. Isso teve efeitos de curto prazo (não qualificados para bônus de produção) e de longo prazo em torno das promoções.

Esses incidentes não são isolados, mas sim sistêmicos e reforçam o status periférico das mulheres na mineração, apesar de sua inclusão legislada no trabalho subterrâneo. Uso os exemplos acima para ilustrar as diferenças significativas e muito reais, mas invisíveis, na maneira como homens e mulheres são treinados e tratados no trabalho e como as noções preconcebidas sobre o corpo das mulheres como fracas e frágeis levam à sua exclusão, tornandotrabalhadoras "de segunda classe". É claro que a legislação por si só é insuficiente - é a cultura e normas ocupacionais masculinas profundamente arraigadas que precisa ser contestada e modificada.

Contato com Asanda Benya <a href="mailto:sanda.benya@uct.ac.za">asanda.benya@uct.ac.za</a>

# > Os efeitos extra-econômicos do desemprego

Por Thabang Sefalafala, Universidade de Witwatersrand, África do Sul

s discussões sobre experiências de desemprego feitas por acadêmicos, analistas, formuladores de políticas e pelo público geralmente se concentram nos efeitos econômicos do desemprego, negligenciando no processo fatores extra-econômicos que são igualmente importantes. O que geralmente é sugerido é como o desemprego é principalmente um problema de dificuldades materiais e pobreza. A incapacidade dos homens de suprir as necessidades materiais de suas famílias é vista como uma fonte fundamental de ameaças à masculinidade, humilhação e vergonha.

Os debates sobre o desemprego, especialmente nos círculos políticos, mas também fora dele, geralmente se concentram nos efeitos econômicos do desemprego, privilegiando, portanto, concepções e entendimentos do desemprego como principalmente um problema de subsistência.

Entre 2013 e 2014 realizei um estudo etnográfico com ex-trabalhadores negros desocupados retirados das minas de ouro da província de Estado Livre na África do Sul. As descobertas apresentam ideias que confirmam essa visão, mas também a desafiam. Ou seja, eles não descartam os efeitos econômicos do desemprego, mas também mostram que há mais questões envolvidas no seu sofrimento.

O capitalismo dos séculos XIX e XX sintetizou poderosamente o trabalho assalariado como uma âncora da personalidade e masculinidade. Um grande número de homens africanos foi recrutado nas áreas rurais e

ingressou no mercado assalariado. A proletarização implicava a produção poderosa de identidades proletárias coletivas compartilhadas, nas quais o trabalho assalariado significava uma vida decente, especialmente como ganha-pão masculino.

Como o trabalho assalariado assumiu um significado autoritário sobre as representações de uma vida decente e digna, surgiu uma crise sul-africana e global do trabalho assalariado. O aumento do desemprego tem denotado um número crescente de candidatos a emprego incapazes de encontrar postos de trabalho. Além disso, os empregos no período capitalista neoliberal frequentemente necessitam das características associadas aos empregos tradicionais. Eles geralmente não têm voz. segurança e benefícios. Apesar da profunda crise do trabalho assalariado, sugerindo o esgotamento de sua capacidade de cumprir as responsabilidades tradicionais, o trabalho assalariado continua sendo central para as concepções de seres humanos dignos no mundo moderno.

Como resultado, o cotidiano de muitas pessoas é de profunda e prolongada instabilidade econômica e insegurança. Na África do Sul, o sistema de seguridade social, considerado por alguns como o mais abrangente do continente africano, não cobre os desempregados. Como tal, os jovens desempregados e outras categorias da força de trabalho carecem de perspectivas significativas de renda estável e previsíveis para atender às suas necessidades básicas.

Minha pesquisa mostra que

experiências de insegurança econômica de ex-mineiros eram muitas vezes moldadas pela autoformação masculina associada ao trabalho, inclusive como ganhapão. Por exemplo, um dos meus entrevistados chamado Raseboko, um ex-trabalhador das minas, afirmou que o desemprego diminui o status de um homem porque ele não pode mais sustentar sua família. Ele disse: "O desemprego tirou meu status de homem. Um homem obtém seu status de prover sua família. Se não posso sustentar minha família, que status existe? "

Homens desempregados perdem a confiança, se sentem inúteis e podem até considerar o suicídio devido a mudanças bruscas e desajustes associados ao desemprego: "Você não pode sustentar sua família como homem. A pressão da minha família era demais, eu até pensei em cometer suicídio. Eu senti que não era nada, ninguém importante para minha própria família. Sem utilidade. Não consigo ver um motivo para viver". Eles sentem inveja ao ver outros homens proverem suas famílias e são incapazes de ir a enterros comunitários e a mercados para fazer compras.

Aparentemente, os dados parecem apoiar a ideia de que os efeitos prejudiciais do desemprego estão relacionados principalmente às dificuldades econômicas e à pobreza. No entanto, as dificuldades econômicas e a pobreza não são exclusivas dos desempregados; os "trabalhadores pobres" são empregados, mas pessoas materialmente privadas.

Ex-trabalhadores de minas usaram

### Perder o emprego não significa somente perder a renda, mas a degradação moral. Ou seja, a perda do ser e a existência no mundo de maneira proporcional ao trabalho assalariado e às relações, normas e valores capitalistas<sup>99</sup>

imagens provocativas de corpos negros feridos e incompletos para descrever o que significava para eles estarem desempregados. Significava um certo tipo de "desclassificação", que é o processo de ser lançado em um estado de existência diferente ou menor do que antes. Imagens de corpos negros doentes e maltratados foram usadas como metáforas para descrever ordens sociais e morais desconexas e quebradas. Isso transmite a ideia de que tal existência era para eles um estado anômico de estar no mundo.

O trabalho assalariado não aparece mais como uma atividade externa na qual eles se engajam instrumentalmente apenas para construir e desenvolver meios de subsistência sustentáveis; torna-se um objeto corporificado de desejo.

A corporificação do trabalho assalariado implica uma autoridade moral mais profunda, mais existencial, de tal modo que a ausência de trabalho assalariado transcende as implicações econômicas, sociais e psicológicas e apareça poderosamente como uma condição intangível da anomia, experimentada como um sentimento de perda.

Perder o emprego não significa somente perder a renda, mas a degradação moral. Ou seja, a perda do ser e a existência no mundo de maneira proporcional ao trabalho assalariado e às relações, normas e valores capitalistas

Assim, a humilhação e o estigma dos desempregados não se devem apenas ao comprometimento de seus meios de subsistência. Isso porque, em um discurso centrado nos salários, o desemprego é uma crise, pois representa uma condição de desajustamento para um certo tipo de ordem coletiva e compartilhada hegemônica. Limitar nossa compreensão do desemprego como fundamentalmente um problema de subsistência nos levaria à idéia de que simplesmente administrar algum tipo de transferência de renda, como um subsídio de renda básica (BIG) ou subsídio de desemprego, resolveria o problema. No entanto, ex-trabalhadores de minas rejeitaram as transferências de renda como uma resposta abrangente ao desemprego. A rejeição de um determinado tipo de transferência de renda não ocorreu porque eles não viam valor, mas sim porque não substitui o que foi perdido.

Se o trabalho assalariado falhar, o futuro depende do desenvolvimento de uma estratégia para descentralizálo e da reinvenção de um novo sistema compartilhado e coletivo. Pensar em ideias alternativas pós-trabalho demanda confrontar o fato de que um desejo poderosamente incorporado tem sido sistematicamente produzido.

Ex-trabalhadores de minas não estavam pensando em alternativas, eles queriam empregos. Isso ilustra o desafio de pensar em alternativas. O compromisso moral com o trabalho assalariado cega os desempregados, os formuladores de políticas e os analistas a possíveis futuros fora do trabalho assalariado.

Para que as alternativas pós-trabalho sejam viáveis, ex-trabalhadores de minas, formuladores de políticas e a sociedade terão que imaginar um mundo em que o trabalho assalariado não seja mais central para as concepções de dignidade.

Contato com Thabang Sefalafala < <u>Thabang.sefalafala@gmail.com</u>>

# > Como alimentar o mundo:

# aprendendo com a Tanzânia

Por Marc C.A. Wegerif, Universidade de Pretoria, África do Sul



O mercado de produtos frescos de Ilala em Dar es Salaam. Foto: Marc C.A. Wegerif.

o me mudar para Dar es Saamam, na Tanzânia, fiquei fascinado pelas **I** duka (pequena loja) que vendiam alimentos e utensílios domésticos em quase todas as ruas. Figuei igualmente fascinado pelos mercados das pessoas - espaços sociais vibrantes, cheios de muitos pequenos comerciantes que se conhecem e a maioria de seus clientes - que ficavam a uma curta distância dos lugares onde eu morava. Esse interesse resultou

em minha pesquisa sobre como os quase cinco milhões de habitantes de Dar es Salaam são alimentados. Ela oferece lições importantes sobre alimentação sustentável da nossa população mundial em crescimento e em processo de urbanização.

#### > Seguindo os ovos

No início, segui os ovos que eram vendidos na *duka* local, em qualquer quantidade, em uma pilha de bandejas de 30 ovos feitas de



Samuel entregando ovos para uma duka (pequena loja) em Dar es Salaam. Foto: Marc C.A. Wegerif.

papelão reutilizado. Para ver de onde eles vieram, pedalei com Samuel, que entregou os ovos. Depois de 22 km, chegamos à casa periurbana de Samuel e sentamos sob uma árvore almocando com sua família. Samuel mantém 100 galinhas e compra ovos por dinheiro dos criadores de frango do bairro. Ele compra de 600 a 900 ovos à noite e vai à cidade para vendêlos na manhã seguinte. Naquela época, suas três viagens por semana geravam um lucro duas vezes e meia o salário mínimo para um trabalhador agrícola em período integral. A análise quantitativa descobriu que cerca de um milhão de ovos por semana eram transportados para a cidade apenas em bicicletas ao longo da estrada usada por Samuel. Essa maneira ecológica de distribuir ovos frescos é um fornecedor importante para a cidade e é a forma pela qual como milhares de pessoas criam meios de subsistência razoáveis.

Pesquisas posteriores revelaram como a indústria de ovos é integrada a um sistema alimentar mais amplo. Samuel compra ração para frango de uma fábrica de ração situada perto o suficiente para levar os sacos de ração para casa em um carrinho de mão. A fábrica de ração obtém o ingrediente principal do farelo de milho de fábricas locais, que são

mais de 2.000 em Dar es Salaam. Os excrementos de frango são usados como adubo para horticultura, e os vegetais cultivados são vendidos nos mercados e para os vizinhos.

Minha pesquisa acompanhou outros alimentos importantes para a maioria das pessoas na cidade: milho, arroz, leite, carne bovina e vegetais verdes. Embora a natureza dos alimentos fosse diferente e as fontes geográficas variassem da própria cidade até os cantos mais distantes do país, a organização da produção e distribuição de alimentos apresentava similaridades. Grande parte dos vegetais verdes e leite, como os ovos, provém da produção urbana e periurbana, complementada por produtos transportados a centenas de quilômetros de distância. O arroz e o milho são cultivados por milhões de agricultores no interior, a maioria com apenas alguns hectares de terra, que produzem para consumo doméstico, replantio e venda a comerciantes. Os comerciantes, trabalhando com agentes locais que costumam ser agricultores, chegam a aldeias remotas e pagam dinheiro por pequenas quantidades, depois o agregam para o transporte, principalmente para Dar es Salaam, às vezes através de mercados regionais. 0s comerciantes providenciam

transporte, processamento e distribuição para pontos de venda como o duka e o mercado popular. Os caminhões são contratados, conforme necessário, em muitas empresas de transporte diferentes. Boa parte da moagem de milho e da casca de arroz é feita pagando por saco ou quilo para usar fresadoras pertencentes a empresários locais.

### > Um "sistema alimentar simbiótico"

Esse sistema alimentar que fornece a maior parte da comida da cidade compreende multidões de atores em pequena escala (de agricultores a varejistas) que, juntos, fornecem à cidade uma escala de alimentação sem constituir uma empresa, possui pouco envolvimento direto Estado e é alheio à arrecadação de impostos. Eu chamo isso de "sistema alimentar simbiótico", pois outras terminologias, como "informal", não Ihe fazem jus. Simbiótica não significa que todas as relações são iguais, mas são mutuamente benéficas e não predatórias, ou não seriam sustentadas. Os atores operam em relações econômicas socialmente incorporadas que envolvem uma tensão entre competição e trabalho colaborativo; um esforço autonomia e também por

solidariedade. Em alguns casos, como nos mercados municipais, existem estruturas formalizadas com comitês eleitos e regras estabelecidas que se encaixam nos princípios comuns de gerenciamento de recursos de tipo pool (compratilhamento). Mais frequentemente, no entanto, a colaboração ocorre organicamente, sem regras, estruturas ou contratos explicitamente declarados. Atores interdependentes, com status relativamente equitativo e repertórios culturais comuns, trocam entre si e trabalhamiuntos.combaseemnormas e relações estabelecidas de, pelo menos, familiaridade. A reciprocidade faz parte dessas normas, mas não se limita a trocas materiais estreitas e diretas. A colaboração - como o compartilhamento de transporte e informações, os comerciantes observando as tendas uns dos outros e ajudando com os cuidados com as crianças - supera as restrições de recursos e cria valiosas redes sociais. Isso não se baseia na solidariedade proposital (embora a solidariedade se desenvolva através de sua prática) ou no altruísmo, mas no que funciona dentro de um contexto particular. Esse contexto, na Tanzânia, inclui a proteção da agricultura da concorrência internacional por meio de tarifas e outras medidas, e um histórico de intervenções estatais que levaram à concentração de capital nas mãos de poucos.

Uma forma importante de assistência mútua é como começam os novos participantes - sejam agricultores, comerciantes ou varejistas. Invariavelmente, as pessoas iniciam

suas próprias empresas com a assistência de outras pessoas familiares, amigos e conhecidos - já no mesmo ramo, que lhes mostram a oportunidade e as maneiras de trabalhar e as apresentam aos principais atores. De uma perspectiva econômica estreita, eles estão ajudando a criar seus próprios concorrentes, mas também estão colaboradores. criando futuros Samuel começou a negociar ovos depois que outro comerciante lhe mostrou as rotas e lojas que ele poderia fornecer. Os comerciantes de arroz e milho começam viajando com um comerciante existente para as áreas de produção e sendo apresentados aos comerciantes e agricultores. Os lojistas normalmente começam como assistentes de loia, servindo como uma forma de aprendizado, permitindo que aprendam e economizem dinheiro para iniciar seu próprio negócio. Tais mecanismos expandem o sistema através da replicação, mantêm-no equitativo e induzem novos participantes às normas estabelecidas.

Todos os alimentos produzidos na Tanzânia e distribuídos pelo sistema de alimentos simbióticos são mais baratos nos mercados de *duka* e popular do que nos supermercados. Além disso, esses pontos de venda tornam a comida mais acessível, pois estão próximos das pessoas, vendem em qualquer quantidade que o consumidor quiser (ou pode pagar), fica aberto até tarde e fornece crédito sem juros aos clientes regulares que eles conhecem. Os agricultores também obtêm melhores

preços de venda através do sistema de alimentos simbióticos do que se suprissem supermercados ou outras cadeias de valor corporativas.

## > Impactos no sistema de suprimento de alimentos

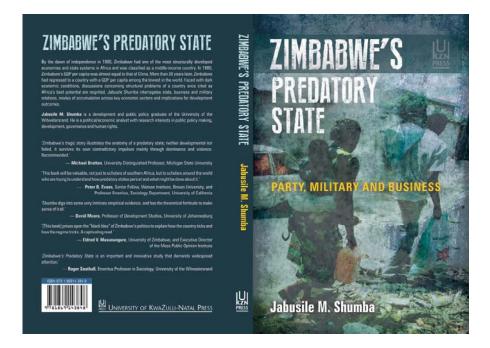
Três grupos internacionais de supermercados entraram em colapso ou saíram da Tanzânia desde 2014. Vários investimentos agrícolas planejados em grande escala, incluindo grandes acordos de terra, também entraram em colapso ou ficaram aquém de suas metas, incluindo o Corredor de Crescimento Agrícola do Sul, apoiado por empresas, incluindo Monsanto, Yara e Unilever, bem como por organismos multilaterais (por exemplo, G8, Banco Mundial, Organização de Alimentos e Agricultura) quando lançados no Fórum Econômico Mundial em 2010.

Apesar dessas falhas, a comida está nas prateleiras de Dar es Salaam. A produção de milho e arroz da Tanzânia, ainda por pequenos agricultores, aumentou substancialmente nos últimos quinze anos, acompanhando uma cidade que dobrou de tamanho, crescendo 2,5 milhões de pessoas desde 2002. Samuel aumentou suas entregas de três para cinco vezes por semana, abastecendo o mesmo duka e outros estabelcimentos novos.

Contato com Marc C.A. Wegerif < marc.wegerif@up.ac.za>

# > O Estado predatório do Zimbábue: partido, exército e negócios

Por Jabusile Madyazvimbishi Shumba, Universidade da África, Zimbábue



os debates acadêmicos, a história do Zimbábue é contestada tanto quanto polarizada. A natureza do próprio Estado é questionada e contestada: o Zimbábue exemplifica um estado frágil, forte e pouco cooperativo ou predatório? Em 15 de novembro de 2017, quando os militares intervieram, levando ao destronamento do antigo presidente Robert Mugabe, alguns caracterizaram a intervenção militar decisiva como um "golpe de Estado" clássico. No entanto, para outros, talvez por muito tempo frustrado e ansioso para ver o Presidente A partida de Mugabe a todo custo, o fim justificava os meios. Estes últimos preferiram vê-lo de forma criativa como uma "transição militar assistida".

Muitos concordariam que o Zimbábue se afastou das expectativas das massas esperançosas e de muitos apoiadores do projeto da luta de libertação. Na medida em que a luta pela libertação terminou com a derrota da minoria colonial supremacista branca, uma conquista histórica foi alcançada. No entanto, o movimento de libertação no poder provou ser uma decepção, não apenas para muitos simpatizantes, mas também para a maioria dos cidadãos que agora governa. Um Estado jovem muito promissor na independência em 1980, o Zimbábue no pós-2000 agora está associado a imagens terríveis de violência, fracasso econômico cataclísmico, pobreza e sofrimento. Várias perguntas imploram por respostas: Por que isso aconteceu? Como isso aconteceu? A elite dominante sabia que suas escolhas levariam ao declínio do desenvolvimento do Zimbábue?

#### > O Estado predatório

No livro "Estado predatório do Zimbábue: partido, forças armadas e negócios", argumento que o Estado do Zimbábue é melhor definido como predatório. No entanto, a noção de estado predatório permaneceu um conceito ilusório. Eu discordo de outros defensores do termo que o apropriaram para significar o oposto de um Estado de desenvolvimento, uma variante especial de criminalização ou uma forma de neopatrimonialismo. De fato, a maioria das abordagens de economia política para a África pós-

colonial tende a enfatizar a ausência de autoridade central. Ironicamente, no entanto, o termo "predatório" denota inerentemente força - isto é, implica a capacidade dos predadores de atacar seus alvos, exigindo força para subordinar suas vítimas. Para os Estados, essa força repousa, sem dúvida, na presença, e não na ausência de autoridade central, através da qual o Estado é capaz de exercer controle.

Com base em minha pesquisa empírica, sugiro que o Estado predatório seja um projeto de acumulação e reprodução anti-desenvolvimentista da classe dominante, caracterizado por: (1) domínio partidário e militar no Estado; (2) relações Estadoempresa moldadas pela dominação e captura; e (3) relações Estadosociedade moldadas pela violência e pelo patrocínio. No entanto, a distinção entre o "Estado autoritário do desenvolvimento" e o "Estado predatório" merece esclarecimentos. Como podemos distinguir entre os dois em termos de estrutura do Estado e relacionamento com a sociedade, a fim de entender as variações estruturais na explicação de trajetórias de desenvolvimento díspares?

#### > Estados predatórios vs. Estados autoritários de desenvolvimento

Argumento que tanto a versão inicial do Estado autoritário de desenvolvimento quanto o predatório são caracterizadas por tendências autoritárias substanciais e pelo poderoso papel das redes pessoais. Por exemplo, durante a industrialização de alto crescimento da Coréia do Sul, Park Chung-hee manteve laços pessoais estreitos com duas das principais empresas do país, Hyundai e Daewoo; assim, pode-se achar difícil separar o papel do propósito público de crescimento definido pelo

Estado do papel dos motivos de lucro privado e do capitalismo amistoso. No entanto, o Estado estava sempre no comando; nunca perdeu sua capacidade disciplinar. Por exemplo, quando as empresas não cumpriam as metas estabelecidas, eram punidas com a retirada de incentivos. A compulsão do Estado era difundida e real.

Os dois tipos de Estados também diferem consideravelmente termos da relação do Estado com os negócios e a natureza de suas relações com os militares. O Estado autoritário do desenvolvimento do século XX combinou o uso da capacidade disciplinar com incentivos para promover alianças produtivas com os negócios, enquanto as relações predatórias do Estado com os negócios são mais parasitárias do que orientadas à produção; portanto, eles alcançam resultados opostos no desenvolvimento.

A natureza das relações com as forcas armadas também é divergente, pois o uso das forças armadas no estado desenvolvimentista do século XX foi orientado para um projeto nacional e não para a acumulação pessoal. Por exemplo, no modelo estatal de desenvolvimento clássico asiático, as forças armadas desempenharam um papel efetivo no controle e na repressão da mão-deobra doméstica para manter baixos os custos de produção, a fim de alcançar a competitividade da indústria. Sob um estado predatório, o uso da violência militar reflete os interesses de acumulação personalista da elite do poder.

Em termos de modos de acumulação, o setor manufatureiro está conspicuamente ausente. Isso aponta para a natureza rentista do Estado predatório: isto é, baseia-se na extração de recursos e não na fabricação. A estrutura em mudança da economia do Zimbábue, que se afasta de um setor manufatureiro significativo para o domínio pósindependência da extração baseada em recursos, está associada a essa mudança predatória. A ausência do setor manufatureiro tem implicações que iluminam a deficiência de estratégias de produção, uma característica uniforme em setores díspares. De fato, o principal objetivo da política (como programas de indigenização e empoderamento) é canalizar aluguéis para membros da elite dominante. Finalmente. o Estado precisa de cooperação com capital estrangeiro (neste caso, chinês e sulafricano) para gerar receita cambial e tributária para apoiar funções essenciais do governo. Portanto, o capital estrangeiro amigável pode participar do compartilhamento de aluguéis de recursos.

A principal conclusão do estudo não é apenas que a elite do poder tinha interesses de classe que inibiam a transformação e o desenvolvimento econômico, mas também que seus modos vorazes de acumulação e reprodução política transformaram e sustentaram o Estado predatório do Zimbábue. As implicações disso serão amplas. Ao longo dos anos, as capacidades de desenvolvimento do país foram prejudicadas por uma elite predatória, que dependia da violência e do patrocínio para reter o poder e acumular riqueza. A reforma terá um custo político, pois prejudica as redes de patrocínio profundamente enraizadas. Após a intervenção militar aberta de novembro de 2017, o complexo partidário-militar e de negócios foi rejuvenescido e provavelmente continuará nos próximos anos.

Contato com:
Jabusile Madyazvimbishi Shumba
<jabusile shumba@biari.brown.edu>

# > Jozi: a precária cidade do ouro

Por **Alexia Webster**, fotógrafa, e **Edward Webster**, Universidade de Witwatersrand, África do Sul, membro e ex-presidente do Comitê de Pesquisa sobre Movimentos Laborais da ISA (RC44)



Um poço de mina de ouro abandonado nos arredores de Joanesburgo, que está sendo usado novamente por mineiros ilegais. Foto de Alexia Webster.

entro econômico da África há mais de 125 anos, Joanesburgo carinhosamente conhecida como Jozi - é a maior cidade do mundo que não foi construída nas margens de um rio ou perto de um grande porto. Em vez disso, foi construída pelo ouro. Desde o início,

a mineração de ouro transformou o mundo ao seu redor através de inovações constantes, estimuladas por ondas de migrantes de toda a região - e de fato do mundo. Isso é evocativamente capturado na coleção de ensaios de Sarah Nuttall e Achille Mbembe em Joanesburgo, onde eles retratam a cidade como um lugar de

mistura e improvisação, uma cidade que está desenvolvendo a sua própria marca como cultura cosmopolita.

Mas há outro lado em Joanesburgo, um lado destrutivo não apenas da vida humana, mas também da própria natureza. Joanesburgo é, nas palavras de Joseph Schumpeter, um caso de "destruição criativa". A mineração não regulamentada nos poços de minas abandonados nos arredores da cidade poderia, alguns acreditam, destruir a cidade do ouro.



Não mapeado e escondido do público, há um assentamento próspero de mineiros informais e seus filhos. Os migrantes transfronteiriços, desesperados e sem documentos, trouxeram suas famílias e conseguiram uma existência precária em espaços ocultos não muito longe do centro da cidade. Foto de Alexia Webster.

## > As origens da indústria de mineração

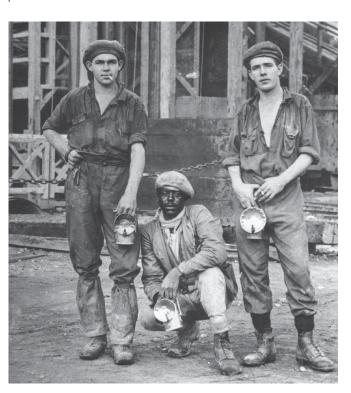
O ponto central para entender a mineração de ouro em Jozi é sua estrutura extremamente sensível de custos. O desafio dos primeiros garimpeiros não era encontrar ouro, mas encontrá-lo em quantidades pagáveis. Os lucros dependiam de baixos custos de produção por dois motivos. Primeiro, porque o teor médio de ouro do minério é baixo e

é depositado no subsolo. Em segundo lugar, o preço internacionalmente determinado do ouro impede as empresas de mineração de transferir quaisquer aumentos nos custos de trabalho para os consumidores. Consequentemente, dentro dessa estrutura de custos limitada, a área de minimização de custos tem sido os salários. A tarefa histórica dos proprietários de minas, então, era criar e conter uma vasta oferta de mão-de-obra africana barata.

A expropriação de terras e a tributação compulsória obrigaram os homens ao trabalho assalariado. Eles estavam alojados em albergues lotados de pessoas do mesmo sexo. Eles não foram autorizados a trazer suas famílias com eles. A função da família era reproduzir a força de trabalho e cuidar deles quando estavam doentes, feridos ou velhos. Desta forma, a vasta população camponesa da região, em particular as mulheres, subsidiava os proprietários das minas, permitindo-lhes apenas pagar os custos de manutenção de uma única pessoa.



Nas profundezas subterrâneas, com espaço mínimo para a cabeça e sistemas de apoio precário, os mineiros negros se preparam para a explosão. Após muitos anos, esse tipo de trabalho afetou a sua saúde, a maioria deles morreu precocemente devido adoenças respiratórias. Foto: Fotógrafo Desconhecido, do arquivo de Luli Callinicos.



Dois jovens mineiros brancos recrutando ao lado de um experiente mineiro negro em 1907. Os mineiros negros ganhavam aproximadamente um décimo do mineiro branco. Foto: Fotógrafo Desconhecido, do arquivo de Luli Callinicos, Gold and Workers, página



Trabalhadores descansam em beliches de concreto. Um dormitório abrigava até 40 homens com as disposições mais básicas de armazenamento, iluminação e aquecimento. Foto: UWC-Robben Island Museum, Arquivos Mayibuye.



Para casa. Depois de um contrato de um ano, os trabalhadores das minas chegam em casa carregados de presentes para suas famílias. Foto: Coleção Neave Africana, Museum Africa Archives.





Mulheres em uma mina abandonada recém-reaberta moendo o minério com seus bebês nas costas. Foto de Alexia Webster.



Um mineiro segura o martelo que ele usa para quebrar a rocha no subsolo. Foto de Alexia Webster.

O retorno para casa. Um migrante retorna carregado de presentes para sua família em Mduduma em 1933. Foto: SA Review Pictorial, 1935-1936.

Para manter a produção, as minas foram cada vez mais fundo nas entranhas da terra. A alta taxa de acidentes nas minas de ouro está ligada às excepcionais profundidades nas quais ocorre a extração de ouro. A profundidade média é de mais de 1.600 metros, com os mais profundos alcancando mais de 4.000 metros de profundidade. Uma das principais causas de acidentes envolve explosões de rochas e quedas de rochas. Em 1983, ano em que iniciamos nossa pesquisa, 371 mineiros foram mortos por quedas de rochas. Entre 1900 e 1985, 66,000 mineiros morreram no subsolo e mais de um milhão ficaram gravemente feridos. Muitos homens foram permanentemente aleijados por quedas de pedras, passando o resto de suas vidas em cadeiras de rodas ou hospitais construídos para paraplégicos.

O ouro é um "desperdício de ativos". Com o tempo, a quantidade de ouro pagável abaixo de Joanesburgo estava esgotada. A população da cidade cresceu exponencialmente e sua economia secundária floresceu para se tornar o maior centro financeiro do país. As minas interromperam a produção formal e os locais foram abandonados.

No entanto, não muito longe do centro da cidade, hoje você encontra migrantes transfronteiriços (como Janet Munakamwe mostrou em sua tese de doutorado) tentando ganhar meios de subsistência ilegais nas margens do setor de mineração. Eles são conhecidos como os zama zamas. Eles descem todas as manhãs com equipamentos primitivos, usando cordas e tochas em seus telefones celulares. Eles fazem o seu caminho para a face da rocha com martelos simples, espadas/pás e cinzéis para quebrar a rocha aberta e recolher o minério.



Um "zama zama" com um grande recipiente despejando a lama em um balde. Foto de Alexia Webster.

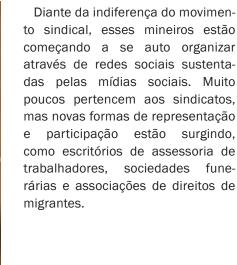


Mulher mineira escovando fragmentos de minério. Foto de Alexia Webster.



Combinando a moagem do minério, tranças de cabelo e alimentação das crianças. Foto de Alexia Webster.

É um negócio arriscado, escreve Angela Kariuki: "Existe a possibilidade muito real de ficar sem comida no subsolo, especialmente quando se trabalha por semanas (às vezes até meses) de cada vez. Eles falam da falta de ar, onde o equipamento de ventilação não está mais funcionando. Eles também relatam que alguns sufocaram, especialmente quando acendem fogueiras para se manterem aquecidos em condições muito frias de subsolo, ou para suavizar áreas de rochas duras. E eles falam de infecções no peito, tosse persistente e ferimentos físicos sofridos durante frequentes quedas de pedras, inundações ou outros acidentes, ou por causa da falta de botas de segurança para o tornozelo".





O produto final das horas de trabalho é uma pequena pepita de ouro. Foto de Alexia Webster.



As minas informais, ao contrário do sistema formal de mineração do passado, envolvem mulheres e homens e suas famílias. Foto de Alexia Webster.

Mas a mineração não regulamentada tomou um rumo dramático quando o prefeito de Joanesburgo, Herman Mashaba, anunciou que a cidade enfrentava uma "catástrofe iminente" (Sunday Times, 25 de novembro de 2018). Os mineradores ilegais, declarou ele, levaram a cidade à beira de um desastre sem precedentes, enquanto zama zamas faziam explosões a poucos metros usando combustível e gás altamente inflamáveis no subterrâneo de Joanesburgo. Se uma dos encanamentos for danificado, declarou ele, tudo num raio de 300 metros será "incinerado". Um funcionário do conselho da cidade disse ao Sunday Times que partes importantes da cidade também estavam sob ameaça de colapso

devido ao labirinto de 140 km de túneis novos e existentes que os mineradores ilegais estavam cavando ou explodindo sob a cidade.

Assim, a cidade que foi construída nas costas de garimpeiros enfrenta o colapso sob o impacto de mulheres e homens desesperados que lutam para encontrar um meio de vida como "mineiros ilegais" nas minas de ouro abandonadas de Jozi. Enquanto alguns celebram o "livre mercado" e o espírito empreendedor desses bravos mineiros, o mercado não regulamentado não pode, como observou Karl Polanyi há muitas décadas, "existir por qualquer período de tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade".

As comunidades de mineração

afetadas pela destruição ambiental formaram redes para proteger essas comunidades precárias. Parece improvável que essas iniciativas sejam o embrião do contramovimento previsto por Polanyi, mas elas confirmam o que Michael Burawoy e Karl von Holdt chamam, em suas Conversations with Bourdieu, de "o momento de Joanesburgo": um momento pósapartheid, de ruptura política. É também um momento de forte contestação, fragmentação social e "um profundo desordenamento da sociedade".

Contato com:

Alexia Webster < <u>alexiawebster@gmail.com</u>> Edward Webster < <u>edward.webster@wits.ac.za</u>>

# > Populismo de direita

# sob uma perspectiva solidária

Por **Jörg Flecker**, Universidade de Viena, Áustria, e membro do Comitê de Pesquisa em Sociologia do Trabalho da ISA (RC30), **Carina Altreiter**, **István Grajczjar**, e **Saskja Schindler**, Universidade de Viena, Áustria



Manifestação contra uma nova lei trabalhista em Budapeste, Hungria, em janeiro de 2019. Crédito: Attila Kisbenedek/AFP/Getty Images.

s partidos de extrema-direita na Europa se beneficiaram da intensificação das mudanças socioeconômicas após a crise financeira e econômica em 2008, bem como do declínio da confiança nas instituições públicas. Desde a virada do século, muitos desses partidos colocaram a questão social em sua agenda política. Tendo a migração sempre como uma questão central, essas partes puderam usar com sucesso a chegada de um grande número de refugiados em 2015 para mobilizar ressentimento e hostilidade entre as populações. O seu trunfo do chauvinismo assistencialista é, portanto, baseado tanto numa retórica mais favorável ao Estado de Bem-Estar Social quanto em uma postura xenofóbica mais agressiva. Nesse processo, a extrema-direita reivindicou o conceito de solidariedade e não deixou mais esse assunto para a esquerda. Por exemplo, o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, apresentou o fechamento das fronteiras húngaras para refugiados como um ato de solidariedade europeia.

O projeto de pesquisa "Solidariedade em tempos de crise" (SOCRIS)1 toma como ponto de partida as lutas simbólicas acerca do conceito de solidariedade. Por luta simbólica, queremos dizer controvérsias em que atores (coletivos) tentam impor sua visão do mundo social aos outros. Isso se relaciona tanto com o que consideramos certo ou errado, bom ou ruim, valioso ou inútil, quanto com os "limites simbólicos" que separam as pessoas em grupos e geram sentimentos de similaridade e pertencimento. A pesquisa está centrada na Áustria e na Hungria, países afetados de forma muito diferente pela crise econômica, mas apresentando desenvolvimentos políticos semelhantes. Utilizando a triangulação metodológica de dados quantitativos e qualitativos, o SOCRIS proporciona uma compreensão mais profunda das complexas relações entre mudança social e subjetividade política.

Para analisar conceitos de solidariedade e as lutas simbólicas relacionadas, levamos em conta as dimensões do escopo ou dos limites da comunidade imaginária de solidariedade, os fundamentos da solidariedade e as atividades solidárias, por exemplo, na sociedade civil. A pesquisa SOCRIS, realizada entre julho e setembro de 2017 na Áustria e na Hungria, baseou-se em amostras representativas de indivíduos em idade ativa. A análise dos dados forneceu uma compreensão profunda sobre quem



as pessoas expressam solidariedade, quando e por que as pessoas se sentem responsáveis por ajudar os outros, e se elas são a favor do apoio do Estado de Bem-Estar para diferentes grupos de pessoas.

Uma importante questão de pesquisa foi: que tipos de conceitos diferentes de solidariedade podem ser discernidos em países que parecem estar profundamente divididos, por exemplo, em questões de apoio a refugiados, benefícios sociais testados em termos de recursos ou apoio estatal à minoria cigana? A fim de agrupar as pessoas de acordo com suas opiniões sobre a solidariedade, os dados da pesquisa foram submetidos a uma análise estatística de cluster resultando em sete grupos por país. Surpreendentemente, alguns dos grupos mostram conceitos semelhantes de solidariedade em ambos os países. Por exemplo, um grupo "não solidário e inativo" é caracterizado por pouco apoio ao Estado de Bem-Estar Social, limitando a solidariedade à família e ao bairro, e por falta de atividades nas organizações da sociedade civil. No outro pólo do contínuo solidário, encontramos um grupo "solidário e ativo" em ambos os países, isto é, pessoas mostrando um padrão de solidariedade caracterizado por forte apoio ao estado de bem-estar e altos níveis de atividade nas organizações da sociedade civil. No entanto, o âmbito da solidariedade neste grupo difere entre os países: enquanto na Austria as pessoas demonstram preocupação por toda a humanidade, na Hungria a preocupação é limitada ao nível nacional.

No entanto, uma grande maioria da população poderia estar localizada entre esses extremos. Lá, pudemos identificar vários outros grupos mostrando diferentes combinações de origem e escopo de solidariedade, bem como níveis de atividade. Alguns dos padrões só existem em um dos países, mas a diferença de país mais visível diz respeito ao tamanho dos grupos. Se tomarmos juntos os grupos ou os tipos de solidariedade e apenas distinguir entre exclusividade e inclusão, ou seja, se as pessoas são a favor do fechamento étnico e nacionalista ou mostrar solidariedade universal, vemos que 62% partilham alguma

Manifestação contra o racismo em Viena, Áustria, em março de 2019. Foto: Jörg Flecker.

forma de solidariedade inclusiva na Áustria, é apenas o caso de 39% dos inquiridos na Hungria. Por outro lado, cerca de 40% dos húngaros mostram uma solidariedade claramente étnica ou nacionalmente limitada, o que se aplica a 27% dos pesquisados na Áustria.

Devido à força dos partidos xenófobos e assistencialistas em ambos os países, também estávamos interessados em ver se os padrões de solidariedade correspondem às preferências partidárias. Como esperado, o apoio mais forte a partidos de direita extremistas e populistas pode ser encontrado entre os clusters solidários não solidários e nacionalmente exclusivos nos dois países. No entanto, também descobrimos que uma parte substancial das pessoas nos clusters mais inclusivos (20% na Hungria e cerca de 15% na Áustria) são apoiantes desses partidos. Isso significa que algumas pessoas votam por esses partidos não por causa de suas posições xenófobas e assistenciais. Isso deveria também nos alertar sobre não assumir que a extrema direita simplesmente representa atitudes existentes na população, uma vez que as pessoas podem ser atraídas por razões bastante diferentes.

Em contraste com grandes partes dos debates atuais sobre o populismo de direita, os resultados do projecto SOCRIS indicam que não é apenas um grupo social em particular (como os trabalhadores de colarinho azul privados) cujo comportamento de voto explica o sucesso de partidos da extrema-direita. Enquanto status inferior, privação e sentimentos de impotência política são de fato fatores importantes, surpreendentemente uma parte considerável dos simpatizantes dos partidos de extrema direita austríacos e húngaros se sente representados e se beneficiaram das recentes mudanças socioeconômicas.

A perspectiva de solidariedade contribui para a compreensão das clivagens nas sociedades e para o apoio à extrema direita. Há uma certa correspondência entre conceitos de solidariedade e preferências partidárias. No entanto, apesar da importância do chauvinismo previdenciário, não podemos rastrear o sucesso dessas partes simplesmente na "solidariedade excludente". Por um lado, em contraste com sua retórica, as partes nem sequer apoiam um Estado de Bem-Estar desenvolvido para o grupo nacional. Além disso, os padrões de solidariedade são muitas vezes bastante complexos e as ambiguidades e contradições resultantes proporcionam uma certa abertura para a mobilização política de diferentes lados.

Contato com Jörg Flecker < joerg.flecker@univie.ac.at >

<sup>1.</sup> O projeto é financiado pelo Fundo Austríaco de Ciência FWF (Nr. I 2698-G27) e pelo Fundo de Pesquisa Científica Húngaro OTKA (Nr. ANN 120360).